

**CONCORRÊNCIA Nº 01/2016
PROCESSO Nº 33902.533081/2016-91**

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

ANEXO VI

TERMO DE RECEBIMENTO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2016

EMPRESA: _____

CNPJ/MF: _____

ENDEREÇO:

TELEFONE(S):(____) _____ FAX (____) _____

E-MAIL: _____

Recebi da Agência Nacional de Saúde Suplementar cópia do Edital de Concorrência nº **01/2016**, cujos envelopes de Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preços serão recebidos pela Presidente da CEL às **10:00** horas do dia **13 de março de 2017**, no Auditório localizado no 12º andar do Edifício Barão de Mauá, situado à Av. Augusto Severo nº 84, 12º andar, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Rio de Janeiro/RJ, _____ de _____ de 20____.

Nome Legível do representante legal da Empresa

Senhor Licitante, visando à comunicação futura entre esta Agência e sua empresa, solicito o preenchimento **LEGÍVEL e COMPLETO** deste Termo de Recebimento de Edital e que seja encaminhado à Comissão Especial de Licitação, por meio do e-mail: licitacao@ans.gov.br.

A falta da remessa do referido Termo exime a Administração da comunicação de eventuais retificações ocorridas no Instrumento Convocatório e de quaisquer informações adicionais.

**EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 01/2016
PROCESSO Nº 33902.533081/2016-91**

TIPO DE LICITAÇÃO: TÉCNICA E PREÇO

OBJETO: Constitui objeto do presente procedimento licitatório a contratação de empresa especializada – agência de comunicação – para prestação de serviços de consultoria, administração de crises e assessoria de comunicação, conforme especificações neste Edital e seus Anexos.

ÍNDICE

ITEM ASSUNTO

1 –	DO OBJETO
2 –	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
3 –	DA PARTICIPAÇÃO
4 –	DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DO CREDENCIAMENTO
5 –	DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
6 –	DA PROPOSTA TÉCNICA
7 –	DA PROPOSTA DE PREÇO
8. –	DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES
9 –	DA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇO
10 –	DO JULGAMENTO DA LICITAÇÃO
11 –	DA DIVULGAÇÃO DOS ATOS LICITATÓRIOS
12 –	DOS ESCLARECIMENTOS, DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
13 –	DA ADJUDICAÇÃO
14 –	DO REAJUSTE
15 –	DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO
16 –	DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA
17 –	DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE
18 –	DO PAGAMENTO
19 –	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
20 –	DO CONTRATO E DA GARANTIA
21 –	DA FISCALIZAÇÃO
22 –	DA RESCISÃO
23 –	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Anexo I	Projeto Básico – Apêndice I a VII
Anexo II	Modelo de Declaração de Superveniência de Fatos Impeditivos à Habilitação
Anexo III	Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta
Anexo IV	Modelo de Declaração de Inexistência de Trabalhador Menor
Anexo V	Minuta de Contrato Administrativo
Anexo VI	Termo de Recebimento do Edital de Concorrência

**AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
CONCORRÊNCIA Nº 01/2016**

Processo Administrativo nº 33902.533081/2016-91

Tipo de Licitação: **TÉCNICA E PREÇO**

Data da realização: 13/03/2017

Horário: 10h

Local: Auditório localizado no 12º andar do Edifício Barão de Mauá, situado à Av. Augusto Severo nº 84, 12º andar, na cidade do Rio de Janeiro/RJ

A **AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR-ANS**, Autarquia Especial, vinculada ao Ministério da Saúde, criada pela Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, com sede na Avenida Augusto Severo, nº 84, Edifício Barão de Mauá, Glória, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 03.589.068/0001-46, por meio do seu Gerente Geral de Administração e Finanças, e pela Comissão Especial de Licitação – CEL designada pela Portaria nº 01/2016/DIRAD/DIGES/ANS de 26 de outubro de 2016, publicada no D.O.U. do dia 24 de novembro de 2016, na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Decretos nº 6.555, de 08/09/08, nº 2.271, de 07/7/97, nº 3.722, de 09/01/01, com as alterações do Decreto nº 4.485, de 25/11/02, a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008, do Decreto nº 7.203 de 04 de junho de 2010, e da Resolução Administrativa nº 47, de 19 de dezembro de 2011, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicado, fará realizar licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA**, do tipo **Técnica e Preço**, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

No dia, hora e local acima apazado se fará o recebimento dos envelopes relativos à Documentação de Habilitação e Propostas Técnicas e de Preços das Licitantes, **vedada a entrega dos envelopes por via postal.**

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento a contratação de empresa de comunicação integrada para prestação de serviços de consultoria, planejamento estratégico, assessoria de imprensa, produção de conteúdo e comunicação digital, design gráfico e apoio publicitário, observando-se as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 36213/253003

Fonte: 0174

Programa de Trabalho: 10.125.2015.4339.0001

Elemento de Despesa: 33903947

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta concorrência empresas especializadas na prestação de serviços de comunicação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

3.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:



3.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

3.2.4. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.4.1 os interessados que estejam em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar da licitação, desde que o respectivo plano de recuperação tenha sido concedido nos termos do art. 58, da Lei nº 11.101/2005 ou homologado nos termos do art. 165, da Lei nº 11.101/2005, e desde que apresentem todos os demais documentos exigidos neste edital;

3.2.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

3.3. Não será admitida a participação de um mesmo representante legal para mais de uma empresa proponente.

3.4. A participação na presente concorrência implica, tacitamente, para a proponente: a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos; a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

3.5. A proponente assume todos os custos de preparação e apresentação dos Documentos de Habilitação e Propostas exigidos nesta Concorrência, ressalvado que a ANS não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E CREDENCIAMENTO

4.1. A proponente deverá apresentar-se no dia previsto no preâmbulo deste Edital, para credenciamento junto a CEL, por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de credenciamento, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

4.1.1. Quando a representação for exercida na forma de seus atos de constituição, por sócio ou dirigente, o documento de credenciamento consistirá, respectivamente, em cópia do ato que estabelece a prova de representação da empresa, onde conste o nome do sócio e os poderes para representá-la, ou cópia da ata da assembleia de eleição do dirigente, em ambos os casos autenticada em cartório ou apresentada junto com o documento original, para permitir que a Comissão Especial de Licitação ateste sua autenticidade.

4.1.2. Caso o preposto do proponente não seja seu representante estatutário ou legal, o credenciamento será feito por intermédio de procuração, mediante instrumento público ou particular, no mínimo com os poderes constantes do modelo abaixo. **Na hipótese de representação por intermédio de procuração, deverá ser juntada a cópia autenticada em cartório do ato que estabelece a prova de representação da empresa, em que constem os nomes dos sócios ou dirigentes com poderes para a constituição de mandatários.**

4.1.3. A ausência do documento hábil de representação não impedirá o representante de estar presente na sessão pública, mas ele ficará impedido de praticar qualquer ato durante o procedimento licitatório.

4.1.4. A documentação apresentada na primeira sessão pública credencia o representante a participar das demais sessões. Poderá o proponente realizar o credenciamento de representante em qualquer fase do processo, caso não o faça na primeira sessão. Na hipótese de substituição do representante no decorrer do processo licitatório, deverá ser apresentado novo credenciamento na sessão pública.

4.1.5. No ato da entrega dos Envelopes com os Documentos de Habilitação e as Propostas Técnica e de Preços, o representante do proponente apresentará à Comissão Especial de Licitação, a Declaração de Elaboração Independente de Proposta – ANEXO III deste Edital.

4.1.5.1. Não sendo entregue a declaração mencionada no subitem 4.1.5 no ato do credenciamento, deverá o representante do proponente sanar a falha na mesma sessão, sob pena de não recebimento dos envelopes de habilitação e propostas técnica e de preço.

4.2. Os documentos de Habilitação, a Proposta Técnica e a Proposta de Preços deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados neste Edital, pelos Proponentes conforme descrito no item anterior, mediante apresentação de 03 (três) envelopes opacos, devidamente fechados e rubricados, contendo:

4.2.1. Envelope A: Documentos de Habilitação;

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Concorrência nº 01/2016

Documentos de Habilitação

Razão Social do Proponente

CNPJ/MF

Endereço e telefone

4.2.2. Envelope B: Proposta Técnica; e

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Concorrência nº 01/2016

Proposta Técnica

Razão Social do Proponente

CNPJ/MF

Endereço e telefone

4.2.3. Envelope C: Proposta de Preços.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Concorrência nº 01/2016

Proposta de Preço

Razão Social do Proponente

CNPJ/MF

Endereço e telefone

4.3. Os Documentos de Habilitação devem ter todas as suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas por representante legal do proponente e deverão ser apresentados, alternativamente: em original; em cópia autenticada por cartório competente; sob a forma de publicação em órgão da imprensa oficial; ou em cópia não autenticada, desde que seja exibido o original, para conferência pela Comissão Especial de Licitação, no ato da abertura dos Documentos de Habilitação. Só serão aceitas cópias legíveis, que ofereçam condições de análise por parte da Comissão Especial de Licitação.



4.4. As Propostas Técnicas e de Preços deverão ser apresentadas em papel que identifique o proponente, ter preferencialmente suas páginas numeradas sequencialmente e ser redigida obrigatoriamente em língua portuguesa – salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente – com clareza, sem emendas ou rasuras. As propostas deverão ser datadas e assinadas, por quem detenha poderes de representação do proponente, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

4.5. A apresentação, pontuação e demais procedimentos pertinentes às Propostas Técnicas (Envelope B) e de Preços (Envelope C) obedecerão ao disposto nos Apêndices II e III do Anexo I – Projeto Básico.

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Comissão Especial de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.1.1. SICAF;

5.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

5.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

5.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

5.2. A consulta aos cadastrados será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12, da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder público, inclusive por intermédio de pessoas jurídicas da qual seja sócio majoritário.

5.3. Constatada a existência de sanção, a Comissão Especial de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

5.4. Dos documentos de Habilitação Jurídica:

5.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

5.4.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

5.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

5.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

5.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que

comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

5.4.6. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

5.4.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e deles deverá constar, entre outros objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com o objeto desta Concorrência.

5.5. Documentos de Regularidade Fiscal e Trabalhista

5.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF;

5.5.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta concorrência;

5.5.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida por órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional com jurisdição sobre o local da sede da proponente;

5.5.4. Certidões negativas de débitos ou de não contribuinte expedidas por órgãos das Secretarias de Fazenda do Estado e do Município em que estiver localizada a sede da proponente;

5.5.5. Certidão Negativa de Débito junto à Previdência Social - CND, em vigor na data de apresentação dos Documentos de Habilitação;

5.5.6. Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, em vigor na data de apresentação dos Documentos de Habilitação;

5.5.7. Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, de acordo com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011;

5.5.8. Todas as certidões deverão estar em vigor quando da apresentação dos Documentos de Habilitação. Será considerada como válida pelo prazo de noventa dias, contados a partir da data da respectiva emissão, a certidão que não apresentar prazo de validade, exceto se anexada legislação específica para o respectivo documento.

5.6. Documentos de Qualificação Econômico-Financeira

5.6.1. Certidão Negativa de falência, concordata ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor do local do principal estabelecimento da pessoa jurídica.

5.6.1.1. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

5.6.1.2. Todas as certidões deverão estar em vigor quando da apresentação dos Documentos de Habilitação. Será considerada como válida pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da respectiva emissão, a certidão que não apresentar prazo de validade, exceto se anexada legislação específica para o respectivo documento.

5.6.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, a saber:



5.6.2.1. Sociedades empresariais em geral: registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da proponente, acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído (art. 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/69);

5.6.2.2. Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº 6.404/76: registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente e publicado em Diário Oficial e em Jornal de grande circulação (art. 289, caput e § 5º, da Lei nº 6.404/76);

5.6.2.3. Sociedades simples: registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial;

5.6.2.4. Sociedades constituídas no exercício em curso ou com menos de um ano deverão apresentar balanço conforme abaixo discriminado, com a assinatura do responsável por sua contabilidade e do sócio-gerente, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da proponente:

5.6.2.4.1. Balanço de abertura – sociedades sem movimentação;

5.6.2.4.2. Balanço intermediário – sociedades com movimentação.

5.6.3. A comprovação da boa situação financeira da proponente será feita por meio da avaliação, conforme o caso:

5.6.3.1. Do balanço referido no item 5.3.3.2, cujos índices de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas a seguir, terão de ser maiores que um (>1):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

5.6.3.2. Do balanço referido no item 5.2.3.2, cujo Índice de Solvência, obtido conforme fórmula a seguir, terá de ser maior ou igual a um (> ou = a 1):

$$S = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Exigível Total}}$$

5.6.4. Os índices de que tratam os itens 5.3.3.1 e 5.3.3.2 serão calculados pela proponente e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

5.6.5. A proponente que apresentar resultado igual ou menor que 1 (um), no cálculo de quaisquer dos índices referidos no item 5.2.3.1 e 5.2.3.2, SICAF para ser considerada habilitada no quesito Qualificação Econômico-Financeira deverá incluir no Envelope “A” comprovante de que possui patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

5.6.6. Serão dispensados de apresentação os documentos já constantes do SICAF e que se encontrem dentro do prazo de validade.

5.7. **Dos documentos de Qualificação Técnica**

5.7.1. A proponente deverá apresentar atestados/declarações de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho das atividades descritas no Projeto Básico e seus Apêndices.

5.7.1.1. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitidos, preferencialmente, em papel timbrado da declarante, contendo data, a Razão Social, o CNPJ, o endereço, o responsável pelas informações e respectivo cargo, e-mail e telefone de contato – ou qualquer outro meio com o qual a ANS possa valer-se para manter contato com a pessoa declarante, se for o caso.

6. DA PROPOSTA TÉCNICA

6.1. A **PROPOSTA TÉCNICA** deverá ser emitida em uma via, em papel que identifique a Proponente, redigida em língua portuguesa, digitada, apresentada no local, dia e hora determinados neste Edital, em 01 (um) ENVELOPE, na forma definida no item 4.

6.2. Todos os documentos constantes deste envelope deverão estar numerados sequencialmente, da primeira à última folha, de modo a refletir o seu número exato.

6.3. A inclusão de qualquer documento da **PROPOSTA DE PREÇOS**, no envelope da **PROPOSTA TÉCNICA**, acarretará a desclassificação sumária da Proponente do certame.

6.4. A **PROPOSTA TÉCNICA** deverá observar as orientações constantes do item 13 do Projeto Básico – Anexo I ao presente Edital, bem como aos seus Apêndices II, IV, V, VI e VII.

6.5. A avaliação será realizada por meio da análise da Proposta Técnica e da documentação apresentada, de modo a permitir que seja verificado o atendimento às condições, especificações e quesitos de pontuação contidos no Projeto Básico.

6.6. A **PROPOSTA TÉCNICA** será julgada com base nos critérios estabelecidos no Projeto Básico e seus apêndices.



7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme estabelece o item 4 deste Edital, conforme o modelo sugerido nos Apêndices III-A, III-B e III-C, constante no Anexo I do Projeto Básico.

7.2. A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado do proponente, em língua portuguesa, impressa por qualquer meio eletrônico, em 1 (uma) via, datada, rubricada e assinada por seu representante legal ou procurador com poderes para o exercício da representação. Recomenda-se numerar sequencialmente a Proposta de Preços, da primeira à última folha.

7.3. Ocorrendo discordância entre o percentual numérico e o percentual por extenso contidos na proposta, prevalecerá o percentual por extenso.

7.4. Para fins de formulação de Proposta de Preços, o proponente deverá considerar as informações constantes dos Apêndices III-A, III-B, III-C e VI do ANEXO I do Projeto Básico, observando-se o detalhamento de cada item para fins de valoração da proposta.

7.5. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da interessada e não lhe assistirá o direito de pleitear, na vigência do contrato a ser firmado, nenhuma alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto similar, uma vez que se considera que tal valor já engloba o lucro, além de todos os custos e despesas dos serviços, tais como: encargos, tributos, custos e demais despesas que venham a incidir, direta ou indiretamente ao cumprimento integral do objeto desta licitação, nos termos do ANEXO I do Projeto Básico.

7.6. O prazo de validade das Propostas de Preços será de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6.1. Caso não conste na Proposta o prazo acima mencionado, esta será considerada válida pelo referido período.

7.6.2. Se esgotado o prazo supracitado, estando a presente licitação ainda em curso, a ANS solicitará aos proponentes a revalidação das suas propostas.

7.7. Nas hipóteses de serviços prestados por terceiros, conforme produtos e serviços descritos no Apêndice III-C do Anexo I do Projeto Básico, fará jus o proponente ao recebimento de honorários no limite de 10% (dez) por cento, incidentes sobre o valor cobrado pelo terceiro, decorrente de sua efetiva atuação e responsabilidade pela qualidade e fiscalização do serviço executado.

8. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

8.1. Os envelopes contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e as **PROPOSTAS TÉCNICA** e de **PREÇO** deverão ser entregues à CEL no dia, hora e local indicados, devendo os trabalhos obedecer à ordem descrita a seguir:

8.2. Na presença das Proponentes, serão recebidos, em separado, os envelopes de **DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA e PROPOSTA DE PREÇO**, devidamente fechados e indevassados.

8.3. Encerrado o prazo para recebimento dos envelopes de **DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA e PROPOSTA DE PREÇO**, nenhum outro será aceito, assim como não serão admitidos quaisquer adendos ou alterações nos documentos e proposta entregues à CEL.

8.4. Será então procedida consulta "**On line**" ao **SICAF** e impressa a declaração demonstrativa da situação de cada empresa Proponente, que deverá ser assinada pelos membros da CEL e por todos os representantes das Proponentes presentes.

8.5. A CEL procederá à abertura dos envelopes de **DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO**, na presença das Proponentes, para fins de verificação e abrirá vista às proponentes dos documentos, os quais serão rubricados pelos membros da CEL e pelos respectivos representantes legais das Proponentes presentes à sessão.

8.6. A CEL poderá, a seu juízo, analisar os documentos de cada empresa Proponente e, na mesma reunião, divulgar o nome das habilitadas e das inhabilitadas.

8.7. Caso necessite de mais tempo para efetuar a análise conclusiva dos documentos de habilitação, poderá a CEL transferir a publicação do julgamento para outra data.

8.8. Os envelopes contendo as **PROPOSTAS TÉCNICA** e de **PREÇO**, devidamente fechados e indevassados, serão rubricados pelos membros da CEL, ficando em seu poder até que seja decidida a habilitação.

8.9. Conferida e apreciada toda a documentação pela CEL, bem como as eventuais impugnações, serão as proponentes habilitadas convocadas para a fase seguinte, decorrido o prazo legal para interposição de recursos ou após renúncia formal registrada em ata ou por escrito ao direito de interposição de recurso por todas as proponentes e, ainda, após ser dado conhecimento de decisão de recurso interposto.

8.10. Não caberá, após a fase de habilitação, desistência da proposta, salvo por motivo decorrente de fato superveniente à apresentação das propostas que venha a inviabilizar a participação da Proponente no certame, conforme julgamento a critério da CEL.

8.11. Encerrada a fase de habilitação, a CEL, passará à abertura dos envelopes de **PROPOSTA TÉCNICA** das empresas habilitadas, procedendo ao respectivo julgamento em conformidade com a legislação vigente e com os critérios estabelecidos neste Edital e seus ANEXOS.

8.12. A CEL e os representantes das proponentes, após tomar conhecimento das propostas, rubricarão todas as suas folhas e demais elementos integrantes, as quais serão examinadas para fins de julgamento e classificação.

8.13. A CEL, procederá a análise das **PROPOSTAS TÉCNICAS** das Proponentes e divulgará, por meio de publicação no DOU a pontuação atribuída a cada proposta, bem como divulgará o nome das classificadas e das desclassificadas.

8.14. Os envelopes de **PREÇOS** das empresas desclassificadas ficarão à disposição para retirada pelo prazo de 30 (trinta) dias, quando então a CEL providenciará sua destruição.

8.15. A abertura dos envelopes de **PROPOSTA DE PREÇO** somente ocorrerá após concluída a fase de julgamento da **PROPOSTA TÉCNICA**.

8.16. É facultada à CEL ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, sendo vedada inclusão posterior de documentação ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

8.17. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as **PROPOSTAS TÉCNICAS** e de **PREÇOS**, não cabe desclassificação por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou conhecidos somente após o julgamento.



9. DA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E DE PREÇO

9.1. A Comissão Especial de Licitação, além do recebimento dos envelopes e exame das propostas técnica e de preços, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas, bem ainda, em seus anexos e a decisão quanto às dúvidas ou omissões deste Edital.

9.1.1. Os critérios de avaliação e pontuação para cada proposta – técnica e de preço – estão devidamente descritas nos Apêndices II e III do Anexo I do Projeto Básico.

10. DO JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

10.1. O julgamento das propostas será realizado em conformidade com o tipo de Licitação **TÉCNICA E PREÇO**, correspondendo **60% a TÉCNICA** e **40% a PREÇO**, observadas as regras estabelecidas neste Projeto Básico, conforme indicado abaixo:

$$NF = [(IT \times 60) + (IP \times 40)]$$

Onde:

NF = Nota Final

IT= Índice Técnico

IP= Índice de Preço

10.2. As propostas serão classificadas de acordo com a nota final alcançada pelas proponentes.

10.3. A classificação final das propostas será feita pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, atendidas as exigências estabelecidas no presente certame. Será considerada vencedora a proponente que obtiver a maior Nota Final (NF).

10.4. Em caso de absoluta igualdade de propostas, será aplicado o disposto na Lei nº 8.666/93.

10.5. Serão desclassificadas as Proposta que:

- a) não atender às exigências do presente Projeto Básico e de seus Apêndices;
- b) não alcançar 70% (setenta por cento) da pontuação máxima;
- c) obter nota zero em qualquer dos quesitos.

11. DA DIVULGAÇÃO DOS ATOS LICITATÓRIOS

11.1. A critério da Comissão Especial de Licitação, todas as decisões referentes a esta Concorrência poderão ser divulgadas conforme a seguir, ressalvadas aquelas cuja publicação no Diário Oficial da União seja obrigatória:

- a) Nas sessões de abertura dos Envelopes;
- b) No Diário Oficial da União;
- c) No portal www.ans.gov.br

12. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Em qualquer fase desta licitação caberá recurso, no prazo de **5** (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação do ato contestado ou da lavratura da respectiva ata, nos termos do inciso I e § 1º, do art. 109, da Lei nº. 8.666/93.

12.2. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da lei ou formular pedidos de esclarecimentos, devendo, para tanto, protocolar requerimento junto à CEL até **5** (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de Habilitação.

- 12.2.1. O requerimento poderá ser entregue na sede da ANS ou pelo sítio www.ans.gov.br ou por meio eletrônico no e-mail licitação@ans.gov.br;
- 12.2.2. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações serão respondidos em até 5 (cinco) dias úteis;
- 12.2.3. As respostas às impugnações e esclarecimentos serão postadas no sítio do “compras governamentais”.
- 12.3. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital e apresentar esclarecimentos, perante a Administração, a proponente que não o fizer até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de Habilitação e, tendo-o aceito sem objeção, venha a apontar, posteriormente, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 12.4. Os recursos referentes à fase de Habilitação e Julgamento das Propostas terão efeito suspensivo.
- 12.5. Os recursos deverão ser dirigidos à autoridade superior, por intermédio da CEL, a qual poderá reconsiderar suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los, devidamente informados, para apreciação e decisão da autoridade superior.
- 12.6. Na contagem dos prazos será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento, prorrogando-os automaticamente, para o primeiro dia útil subsequente, quando recair em data em que não haja expediente.
- 12.7. Não serão conhecidos os pedidos de reconsideração e os recursos cujas petições tenham sido apresentadas fora do prazo e/ou subscritos por procurador não habilitado legalmente no processo para responder pela empresa.

13. DA ADJUDICAÇÃO

- 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao proponente que obtiver a maior nota final, obedecidos os critérios fixados neste Edital.
- 13.2. Proferida a decisão, após decorrido o prazo recursal, o resultado constará de Ata, lavrada pela CEL, e publicado no Diário Oficial da União.

14. DA REPACTUAÇÃO

- 14.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Projeto Básico.

16. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 16.1. Constituem responsabilidades da ANS:



- 16.1.1. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada em até cinco dias úteis após o recebimento definitivo da fatura, desde que sejam apresentados todos os documentos comprobatórios exigidos por Lei e demais normas específicas;
- 16.1.2. Comunicar à Contratada as orientações acerca dos produtos e serviços;
- 16.1.3. Fornecer e colocar à disposição da Contratada os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos produtos e serviços;
- 16.1.4. Proporcionar condições para a boa execução dos produtos e serviços;
- 16.1.5. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;
- 16.1.6. Promover, por intermédio de servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e exigindo medidas corretivas por parte da empresa a ser Contratada;
- 16.1.7. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 16.1.8. Comunicar à Contratada a necessidade de substituição de qualquer profissional;
- 16.1.9. Observar para que, durante a vigência contratual, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela empresa a ser contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- 16.1.10. Assegurar o livre acesso dos profissionais da empresa a ser contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 16.1.11. Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa a ser contratada;
- 16.1.12. Manter e exigir, por meio de documento próprio, que os profissionais empregados na execução dos serviços mantenham sigilo de todas as informações a que tiverem acesso em razão da execução do contrato, zelando para que estas permaneçam estritamente no âmbito da ANS. Para esse fim, os profissionais deverão obrigar-se, em documento escrito e sob as penas da lei, a não divulgar nem fornecer dados e informações referentes aos serviços realizados ou sobre o local de trabalho, a qualquer tempo, em qualquer lugar ou a qualquer pretexto que seja.

17. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 17.1. Constituem responsabilidades da Contratada:
 - 17.1.1. Executar os produtos e serviços relacionados com o objeto do contrato de acordo com as especificações estipuladas pela contratante;
 - 17.1.2. Executar os produtos e serviços mediante demanda da contratante e obter sua aprovação prévia, por escrito, antes de iniciar serviço ou de assumir despesa relacionada com o contrato;
 - 17.1.3. Tomar providências, de imediato, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais produtos e serviços, mediante comunicação da contratante, respeitadas suas obrigações pelos produtos e serviços prestados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pela própria contratada ou por seus prepostos;
 - 17.1.4. Comprometer-se a não veicular publicidade ou informação acerca das atividades objeto do contrato sem prévia e expressa autorização da contratante;
 - 17.1.5. Prestar esclarecimentos à contratante sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
 - 17.1.6. Manter, por si e por seus prepostos, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, irrestrito e total sigilo sobre:
 - 17.1.7. Os assuntos de interesse da contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em decorrência da execução do contrato;

17.1.8. Os produtos gerados no decorrer dos trabalhos e as informações, os dados, os documentos e outros elementos utilizados na execução do contrato, vedado o seu uso ou divulgação a terceiros, ainda que parcial, sem prévia e expressa autorização da contratante.

17.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

17.1.10. Exercer o controle de qualidade na execução dos produtos e serviços prestados, com base no parâmetros determinados pela contratante.

17.1.11. Gerenciar e manter, com recursos e meios próprios, o preposto e as pessoas prestadoras de serviços nas localidades indicadas;

17.1.12. Substituir, tão logo seja notificada, o funcionário afastado por qualquer que seja o motivo, seja por licença médica, licença maternidade ou paternidade, falta, férias ou equivalentes;

17.1.13. Cumprir o escalonamento de férias do pessoal, no caso de prorrogação do contrato, de acordo com as necessidades da Contratante e provendo a substituição dos mesmos nestes períodos;

17.1.14. Providenciar a imediata substituição de qualquer empregado, sempre que houver afastamento do serviço, inclusive os legais;

17.1.15. Cumprir e fazer cumprir por seus empregados, as normas e regulamentos disciplinares da ANS, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes;

17.1.16. Não manter, durante toda a vigência do contrato, nenhuma forma de prestação de serviços de publicidade, promoção ou comunicação, com empresa concorrente ou incompatível com os interesses da contratante, devendo, na assinatura do contrato, apresentar declaração de inexistência de contratos vigentes que possam gerar conflito de interesses com as atividades finalísticas da Contratada;

17.1.17. A contratada deverá assinar Termo de Compromisso relativo à confidencialidade e sigilo, conforme modelo a ser definido pela contratante, se comprometendo, por si, seus prepostos e funcionários, inclusive no exterior, a não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou Nota de Débito contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante termo circunstanciado, emitido pela ANS e, posteriormente, será emitido o termo de recebimento definitivo, no prazo de até 05 dias úteis a contar do recebimento da (s) nota (s) fiscal (ais)/fatura (s).

18.1.2. A Nota Fiscal/Fatura para pagamento deverá estar em conformidade com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, com os quantitativos efetivamente entregues e devidamente atestada pelo servidor designado para tal fim.

18.1.3. A(s) Nota(s) Fiscal(s)/Fatura(s) deverá (ão) ser emitida (s) em nome da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, com o endereço da Avenida Augusto Severo, nº 84 – Rio de Janeiro – RJ – CNPJ nº 03.589.068/0001-46.

18.1.4. A(s) Nota(s) Fiscal(s)/Fatura(s) deve (m) ser entregue (s) na Gerência de Comunicação Social – GCOMS – Agência Nacional de Saúde Suplementar- ANS, com o



endereço da Avenida Augusto Severo, n.º 84 – Rio de Janeiro – RJ – CNPJ nº 03.589.068/0001-46.

18.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no §1º do art. 36, da IN/SLTI nº 02, de 2008.

18.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.4. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.4.1. não produziu os resultados acordados;

18.4.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

18.4.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,

18.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

18.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1. Comete infração administrativa o licitante/adjudicatário que:

- 19.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 19.1.2. apresentar documentação falsa;
- 19.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 19.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.5. não mantiver a proposta;
- 19.1.6. cometer fraude fiscal;
- 19.1.7. comportar-se de modo inidôneo.

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 19.3.1. multa de mora no valor correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor dos serviços não executados, até a data do efetivo adimplemento, observando o limite de 20 (vinte) dias.
- 19.3.2. multa moratória de 0,5% (meio por cento) por infração cometida sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez infrações), conforme item 5.3. Acordo de Níveis de Serviço.
- 19.3.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



19.3.4. a aplicação de multa por inexecução contratual independe de multa moratória eventualmente aplicada ou em fase de aplicação, sendo aplicada cumulativamente.

19.3.5. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Projeto Básico.

20. DO CONTRATO E DA GARANTIA

20.1. O Contrato deverá ser assinado pela proponente vencedora no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, mediante convocação da ANS, sob pena de decair do direito à contratação e incorrer nas penalidades previstas no item 19 deste Edital.

20.1.1. A convocação se dará através do endereço eletrônico informado pela proponente vencedora em sua Proposta de Preços e/ou via postal.

20.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela proponente vencedora, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

20.1.3. Neste momento, a proponente vencedora deverá informar à ANS qual modalidade de Garantia que será apresentada, nos termos do § 1º, do art. 56, da Lei nº 8.666/93.

20.2. Para fins da assinatura do Contrato, o Licitante vencedor deverá apresentar os originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos:

20.2.1. Cédula de Identidade do signatário;

20.2.2. Ato de nomeação ou documento/procuração que o credencie à representação legal de sua empresa;

20.2.3. Ato constitutivo, Contrato Social ou Estatuto atualizado e devidamente registrado.

20.3. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pela proponente vencedora durante a vigência do contrato, salvo disposição em contrário.

20.4. Após a assinatura do contrato, a proponente vencedora, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, deverá apresentar a Garantia na modalidade previamente indicada.

20.4.1. Na hipótese de recusa da proponente vencedora em constituir a garantia contratual ou assinar o contrato nos prazos acima estipulados, fica assegurado a ANS o

direito de aplicar as sanções previstas no item 19 deste Edital, podendo, a seu critério, revogar esta Concorrência ou encaminhar o processo à Comissão Permanente de Licitação, para fins do que dispõe o artigo 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93, para a convocação dos Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fins de contratação.

20.4.1.1. As penalidades previstas no item acima não se aplicam aos Licitantes remanescentes convocados que não aceitarem assinar o Contrato na mesma condição apresentada pelo primeiro classificado; entretanto, havendo sua aceitação pela assinatura do Contrato, acarretar-lhe-á as mesmas obrigações de cumprimento dos prazos, previstos nos itens 20.1 e 20.4 acima, sob pena da aplicação das mesmas penalidades mencionadas.

20.5. A Contratada prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, consoante o art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/93 combinado com o disposto no Decreto Lei nº 1.737/79 e no Decreto nº 93.872/86, com validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

20.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a)** Prejuízos advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b)** Prejuízos causados à administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c)** As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d)** Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.

20.7. A garantia deverá ter o seu valor proporcionalmente complementado, quando ocorrer modificação no valor total do Contrato ou quando ocorrer sua utilização para cobertura de eventuais multas aplicadas.

20.8. A ANS fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do serviço ou para reparar danos decorrentes de ação ou omissão da Contratada ou de seu preposto, ou, ainda, para aplicação de multas, depois de esgotado o prazo recursal.

20.9. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, ou reduzido em termos reais por desvalorização da moeda, de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, a Contratada se obriga a restabelecer o valor real da garantia, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data em que para tanto for notificado pela ANS.

20.10. O valor da garantia será retido integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da Contratada ou reparação por perdas e danos, sem prejuízo das sanções cabíveis.

20.11. O valor da garantia será liberado pela ANS no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar de seu vencimento, se cumpridas todas as obrigações devidas pela Contratada, inclusive as que seguem:

20.11.1. recolhimento de multas e satisfação de prejuízos que tenham sido causados a ANS na execução do objeto contratado, respeitando-se o disposto sobre o assunto no Decreto-Lei nº 1.737/79 e no Decreto nº 93.872/86;

20.11.2. o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação ou a realocação dos empregados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.



20.12. Será considerado extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) no prazo 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

20.13. A vigência do Contrato será inicialmente de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser estendida segundo a conveniência e o interesse da Contratante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

20.14. Durante a vigência do Contrato, a prestação dos serviços de que trata o objeto deste Edital será acompanhada e fiscalizada por servidor público designado para esse fim. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes

21. DA FISCALIZAÇÃO

21.1. Serão nomeados um Gestor titular e um substituto, para executar a fiscalização do contrato e registrar em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas na execução dos produtos e serviços e verificará o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando não corresponderem ao desejado ou especificado, tendo poderes, entre outros, para notificar a proponente vencedora, objetivando sua imediata correção.

21.2. A fiscalização pela ANS em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva, da proponente vencedora pela perfeita execução dos produtos e serviços.

21.3. A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância da ANS.

21.4. A aprovação dos produtos e serviços executados pela proponente vencedora não a desobrigará de sua responsabilidade quanto à perfeita execução dos produtos e serviços contratados.

21.5. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

- I – os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- II - os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- IV - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- V - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

21.6. A proponente vencedora permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos produtos e serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

22. DA RESCISÃO

22.1. A ANS poderá rescindir o Contrato que vier a ser assinado nos casos previstos na Lei nº 8.666/93.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Até a assinatura do contrato, a proponente vencedora poderá ser desclassificada se a ANS tiver conhecimento de fatos supervenientes ou desabonadores à sua habilitação ou à sua classificação, conhecido após o julgamento.

23.2. A Comissão Especial de Licitação poderá, no interesse da ANS, relevar omissões puramente formais nos documentos e Propostas apresentados pelos proponentes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo desta Concorrência.

23.3. Mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, esta Concorrência será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento, e poderá ser revogada, em qualquer de suas fases, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, não havendo nesta hipótese, direito indenizatório aos proponentes.

23.4. Antes da data marcada para a abertura dos Invólucros com os Documentos de Habilitação e as Propostas, a Comissão Especial de Licitação poderá, por motivo de interesse público, por sua iniciativa ou em consequência de solicitações de esclarecimentos, alterar este Edital e seus Anexos, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido para apresentação dos Documentos e Propostas, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas.

23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

23.8. A participação do Licitante implica a aceitação integral e irretratável dos termos do presente Edital e seus Anexos, não se admitindo alegações futuras de desconhecimento de fatos que impossibilitem ou dificultem a execução do objeto desta licitação.

23.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.ans.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço à Av. Augusto Severo, nº 84 – Glória – Rio de Janeiro/RJ, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2017.

WASHINGTON PEREIRA DA CUNHA
Gerente-Geral de Administração e Finanças



AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
CONCORRÊNCIA Nº 01/2016
Processo Administrativo nº 33902.533081/2016-91

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

PARTE I – CONTEXTO GERAL DA CONTRATAÇÃO

1. OBJETO DO PROJETO BÁSICO

1.1. O objeto da presente concorrência é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de comunicação corporativa – Agência de Comunicação - para realização de assessoria em planejamento de comunicação, relacionamento com a imprensa, acompanhamento de ações de publicidade, desenvolvimento de ações de comunicação interna e produção de conteúdo para mídias digitais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A **ANS** é definida pela nº. Lei 9.961/2000 como autarquia especial de regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades que garantam a assistência suplementar à saúde, com atuação em todo o território nacional.

2.2. A missão da **ANS** é promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regular as operadoras setoriais - inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores - e contribuir para o desenvolvimento das ações de saúde no país.

2.3. A Gerência de Comunicação Social, GCOMS, é, nos termos do Regimento Interno da **ANS**, Resolução Normativa - RN Nº 197, de 16 de julho de 2009, a unidade organizacional encarregada das ações de comunicação interna e externa da Agência.

2.4. Para desenvolver as atividades a seu cargo e, conseqüentemente, dar cumprimento aos dispositivos normativos que regem o funcionamento da própria **ANS**, a GCOMS necessita de apoio técnico especializado de empresa prestadora dos serviços objeto deste Projeto Básico.

2.5. Ressalte-se que a **ANS** fez, até a presente data, apenas 1 (um) concurso para suprir a área específica de Comunicação Social, o que torna indispensável a contratação de profissionais das atividades relacionadas neste projeto.

2.6. Soma-se a isso o expressivo aumento da demanda relacionada às atividades de competência da GCOMS, nos últimos anos:

2.6.1. A **ANS** regula um setor que engloba mais de mil operadoras de planos de saúde e cerca de 50 milhões de beneficiários em planos de assistência médica e mais de 20 milhões em planos exclusivamente odontológicos;

2.6.2. A instituição tem aproximadamente 1.500 colaboradores, entre servidores efetivos, cedidos por outros órgãos, contratos temporários, estagiários e terceirizados,

com a maior parte de seu pessoal no Rio de Janeiro e servidores e colaboradores em mais 11 cidades onde a **ANS** possui Núcleos de Atendimento;

2.6.3. A Diretoria de Gestão da **ANS** faz pesquisas e monitoramento permanente para avaliar o clima organizacional na instituição, tendo obtido resultados desfavoráveis com relação à comunicação interna e ao engajamento do público interno. Para que seja dada a resposta necessária aos pleitos dos servidores, é necessária a ampliação e a intensificação das ações referentes à comunicação interna na Agência;

2.6.4. A **ANS** está presente também nas mídias sociais - *YouTube* (vídeos), *SlideShare* (apresentações), *Twitter* (atualizações) e *Facebook*. Com isso acrescentamos uma demanda anteriormente inexistente no setor. A previsão para os próximos anos é de grande aumento da presença da Agência nas mídias sociais, o que reflete na necessidade de prestação de apoio especializado às atividades referentes à área de atuação Redes Sociais. A periodicidade ideal de postagens da **ANS** para o período de um ano é estimada em, no mínimo:

2.6.4.1. Facebook - Aproximadamente 180 posts ao ano;

2.6.4.2. YouTube - Postagem de aproximadamente 2 (dois) vídeos ao mês, totalizando uma quantidade aproximada de 24 (vinte e quatro) vídeos ao ano, com a produção das respectivas peças gráficas de capa;

2.6.4.3. SlideShare - Aproximadamente 216 (duzentos e dezesseis) posts em um ano com suas respectivas peças gráficas de capa;

2.6.4.4. Twitter - Quantidade estimada de 631 (seiscentos e trinta e um) tweets ao ano (180 Facebook + 24 YouTube + 216 SlideShare + 211 notícias). De acordo com a estratégia editorial vigente para o twitter, aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) dos tweets requerem a confecção de imagens específicas. Sendo assim, 157 (cento e cinquenta e sete) imagens.

3. CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

3.1. Os serviços objeto dessa contratação não são considerados de natureza comum, uma vez que visam a atender às necessidades específicas e singulares da **ANS**, cuja execução demandará essencialmente atividades de natureza intelectual. A seleção da proposta mais vantajosa, neste caso, deve levar em consideração, não apenas o critério preço, mas, também, outros aspectos técnicos.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271/1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal da **ANS**, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta.



4. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DESLOCAMENTOS

4.1. A prestação dos serviços dar-se-á de acordo com as necessidades e objetivos estratégicos da ANS diretamente pela Contratada nas dependências da ANS com vistas a assegurar as condições imprescindíveis e específicas da execução dos serviços e atuar como fornecedores de matéria prima básica.

4.2. No interesse da ANS, poderá ocorrer deslocamento de profissionais a serviço e, nessa hipótese, a Contratada proverá os meios de transporte, hospedagem e alimentação dos técnicos designados, sendo reembolsada mediante prestação de contas, pelo valor líquido e sem incidência de honorários, dos valores referentes aos deslocamentos e às diárias necessárias.

4.2.1. Todo deslocamento vinculado às ações relacionadas à execução contratual deverá estar previsto na Ordem de Serviço e devidamente aprovado pelo Gestor.

4.2.2. Para autorização das despesas, na Ordem de Serviço deverão constar os seguintes elementos:

- a) Nome do profissional;
- b) Finalidade da viagem;
- c) Datas de início e do término da viagem;
- d) Previsão de custos para passagens; e
- e) Previsão de quantidade de diárias.

4.2.3. Para as passagens aéreas, fica definida a utilização de classe econômica para qualquer profissional nos trechos nacionais ou internacionais.

4.2.4. As despesas com passagens aéreas serão reembolsadas pela Contratante no valor efetivamente desembolsado pela Contratada, com base em três orçamentos, com escolha do menor preço, ou melhor relação custo/benefício.

4.2.5. As cotações deverão ser de empresas distintas e que não pertençam a um mesmo grupo societário.

4.2.6. Caso não haja possibilidade de apresentar 3 (três) cotações, a Contratada deverá justificar, por escrito, o fato à Contratante.

4.2.7. Excepcionalmente, caso o deslocamento tenha de ser efetuado por intermédio de outros meios de transporte, que não o aéreo, a Contratante poderá aprovar, com base na apresentação, pela Contratada, de orçamentos prévios e prestação de contas em regras similares às das passagens aéreas.

4.3. A Contratada obrigará-se a sempre buscar o menor preço com a melhor qualidade para a execução dos produtos e serviços.

4.4. As despesas relativas à hospedagem e alimentação serão reembolsadas pela Contratante, por meio de pagamento de diárias, de acordo com os valores estabelecidos na legislação vigente para a concessão de diárias no âmbito da administração federal nas viagens de servidores e colaboradores eventuais a serviço.

4.4.1. Para diárias no País, será utilizado o valor referente ao nível “D” de indenização (equivalente ao cargo DAS-4) dos servidores civis, conforme Anexo I do Decreto 5.992, de 19 de dezembro de 2006.

4.4.2. Para diárias no Exterior, será utilizado o valor referente à Classe “III” de indenização (equivalente ao cargo DAS-4) dos servidores civis, conforme Anexo III do Decreto 71.733, de 18 de janeiro de 1973.

4.4.3. O reembolso das despesas realizadas será efetuado pela Contratante mediante prestação de contas, por meio da apresentação de um relatório de viagem, com os comprovantes das passagens aéreas e demonstração das diárias utilizadas.

4.4.4. O relatório de viagem deverá ser apresentado em português, com a caracterização de “reembolso”, com valores em reais, devidamente assinada pelo representante da empresa (identificado pelo nome e cargo), acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Cotações de preços de passagens para o trecho solicitado;
- b) Comprovação de compra da passagem de menor preço; e
- c) Comprovante de embarque.

4.4.5. O Para conversão dos valores em dólar americano para reais, deve ser utilizada a cotação informada pelo Banco Central, no site <http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpsq.asp?id=txcotacao>

4.4.6. A data a ser considerada para a cotação deverá ser a data da Ordem de Serviço que originou a viagem, e o valor a ser utilizado é o de COMPRA.

4.4.7. Como o Banco Central apresenta a cotação com 4 (quatro) casas decimais após a vírgula, o faturamento deve considerar as 4 (quatro) casas no cálculo.

4.4.8. O resultado final deve arredondar os centavos, para que o valor a ser ressarcido siga o padrão monetário em reais.

4.4.9. Serão consideradas para fins de reembolso as despesas de deslocamento e diárias realizadas fora do Rio de Janeiro e fora da base da Contratada.

4.5. O pagamento da prestação de Produtos e Serviços executados por intermédio de Fornecedores e das despesas de deslocamento e diárias, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, é limitado em 10% (dez por cento) do valor global do contrato.

4.6. A execução de qualquer produto ou serviço que envolva desembolso de recursos deverá ser prévia e expressamente autorizados pela Contratante.

4.7. Toda e qualquer execução contratual deverá, obrigatoriamente, ser precedida da apresentação de, no mínimo, 3 (três) orçamentos, sejam eles prestados diretamente pela Contratada ou por meio de fornecedores, conforme previsto no item 13 – Contratação de Fornecedores pela Contratada.

4.7.1. Incluem-se no acima previsto:

- a) Planilha anual de preço para execução dos produtos – Apêndice III-C; e
- b) Deslocamentos e diárias – Apêndice IV.

4.7.2. Os orçamentos deverão conter as seguintes informações:



- a) Nome empresarial;
- b) CNPJ;
- c) Endereço completo;
- d) Telefone e e-mail para contato;
- e) Descrição detalhada do produto ou serviço cotado, quantidade, preço unitário e preço total;
- f) Local e data de emissão;
- g) Nome por extenso, RG, CPF, cargo e função do responsável pela cotação.

4.7.3. Os orçamentos deverão ser originais e assinados pelos respectivos responsáveis pelas cotações, podendo-se aceitar propostas em meio eletrônico, desde que emitidos por endereços eletrônicos institucionais das empresas.

4.7.3.1. No caso de deslocamento, como exceção, serão aceitas cotações efetuadas nos sites das respectivas companhias aéreas.

4.7.4. Os orçamentos deverão ser de empresas distintas e que não pertençam a um mesmo grupo societário/econômico.

4.7.5. Caso não haja a possibilidade de apresentar 3 (três) orçamentos, a Contratada deverá justificar, por escrito, o fato à Contratante.

4.7.6. A Contratante poderá verificar a adequação dos preços dos produtos e serviços de fornecedores apresentados, em relação aos do mercado, e poderá, a qualquer tempo e a seu juízo, levantar junto ao mercado, orçamentos para a execução dos produtos e serviços objeto do contrato, sem a intermediação da Contratada.

4.7.6.1. Caso o valor encontrado pela contratante seja menor, este prevalecerá para efeito de pagamento.

4.7.7. A Contratada obrigará-se a sempre buscar o menor preço com a melhor qualidade para a execução dos produtos e serviços objeto do contrato.

4.7.8. Os preços propostos para a execução de quaisquer produtos e serviços são de exclusiva responsabilidade da Contratada, não lhes cabendo pleitear nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer pretexto.

5. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

5.1. Os serviços devem ser contratados em único grupo em razão de sua indivisibilidade, evidenciada pela forte inter-relação entre os componentes do objeto, que demandam, por um lado, unicidade do trabalho intelectual envolvido, para que a comunicação institucional da ANS mantenha identidade e coerência e, por outro, especialização dos profissionais envolvidos na execução dos serviços, incluindo aqueles denominados de produtos.

5.2. Os serviços são classificados como serviços gerais e produtos.

5.2.1. Serviços gerais:

5.2.1.1. Atendimento e encaminhamento das demandas da imprensa em geral: nacional, regional, especializada, das mídias online, impressa e eletrônica;

5.2.1.2. Desenvolvimento de entrevistas com públicos gerais da ANS, desde diretores, servidores e colaboradores;

5.2.1.3. Redação de textos diversos: releases, notas, textos para site e intranet, posicionamentos, chamadas e sugestões de pauta;

- 5.2.1.4. Desenvolvimento de estratégias para divulgação de temas de interesse da ANS;
- 5.2.1.5. Desenvolvimento de relatórios de presença na mídia;
- 5.2.1.6. Proposição de estratégias para gerenciamento de crises;
- 5.2.1.7. Desenvolvimento e diagramação de cartazes, cartões, livros, sinalização e folhetos em geral, gerenciamento de marca, além de layout para site e intranet em geral;
- 5.2.1.8. Criação, redação, revisão, coleta e preparo de informações para compor ações de divulgação interna e externa, por meio da intranet, site, informativos impressos e outros meios e formatos de comunicação, de acordo com as determinadas áreas da ANS;
- 5.2.1.9. Organização de arquivos e banco de imagens e de informações da ANS;
- 5.2.1.10. Desenvolvimento de pesquisas qualitativas e quantitativas: recall de campanhas publicitárias e hábitos de consumo, entre outras relacionadas a públicos estratégicos da ANS que se apresentem;
- 5.2.1.11. Gerenciamento da relação entre a empresa contratada, a equipe alocada nas dependências da ANS e a gerência de comunicação da ANS;
- 5.2.1.12. Organização de reuniões de pauta e acompanhamento;
- 5.2.1.13. Supervisionamento da entrega dos produtos solicitados pela ANS, previstos na tabela de produtos e serviços.

5.3. Os serviços gerais compreendem as seguintes áreas de atuação:

5.3.1. Relações com a Mídia:

- 5.3.1.1. Atendimento diário às demandas da imprensa;
- 5.3.1.2. Organização de reuniões de pauta periódicas para identificação de possibilidades de exposição positiva;
- 5.3.1.3. Desenvolvimento de ações de contingência para temas sensíveis;
- 5.3.1.4. Organização e acompanhamento de entrevistas individuais, exclusivas e coletivas;
- 5.3.1.5. Organização de encontros entre porta-vozes da ANS e jornalistas estratégicos para a Agência;
- 5.3.1.6. Identificação de oportunidades para publicação de artigos de representantes da ANS e devido encaminhamento destes;
- 5.3.1.7. Produção e envio de releases, notas, sugestões de pauta, artigos e posicionamentos;
- 5.3.1.8. Entrevistas simuladas para porta-vozes sempre que necessário;
- 5.3.1.9. Desenvolvimento de textos para publicação no sítio da ANS.

5.3.2. Comunicação Interna

- 5.3.2.1. Apoio no desenvolvimento de canais para divulgação interna;
- 5.3.2.2. Desenvolvimento de campanhas para comunicação interna;
- 5.3.2.3. Atendimento às demandas internas referentes à divulgação de eventos da Agência;
- 5.3.2.4. Desenvolvimento de textos para publicação nos canais de divulgação da ANS.

5.3.3. Publicidade

- 5.3.3.1. Apoio no desenvolvimento das campanhas publicitárias da ANS;
- 5.3.3.2. Identificação de oportunidades para participação da ANS em eventos, seminários e outros canais para comunicação com públicos estratégicos externos.



5.3.3.3. Interface com a Secretaria de Comunicação Social e agência de publicidade para auxílio na elaboração da campanha.

5.3.4. Redes Sociais

- 5.3.4.1. Apoio no desenvolvimento de canais para divulgação externa;
- 5.3.4.2. Desenvolvimento de campanhas para comunicação externa;
- 5.3.4.3. Atendimento às demandas externas referentes à divulgação de eventos da Agência;
- 5.3.4.4. Atendimento às demandas externas referentes a questionamentos em geral, relacionados à Agência;
- 5.3.4.5. Desenvolvimento de textos para publicação nas mídias sociais.

5.3.5. Design

- 5.3.5.1. Criação, diagramação e programação visual dos materiais publicados pela ANS e campanhas de comunicação interna;
- 5.3.5.2. Apoio no desenvolvimento de canais para comunicação com públicos internos e externos;

5.4. Os produtos compreendem:

- 5.4.1. Media Training para grupos;
- 5.4.2. Media Training individual;
- 5.4.3. Preparação para audiências públicas;
- 5.4.4. Desenvolvimento de estratégia de comunicação;
- 5.4.5. Análise de mídia, mensal, incluindo relatório com gráficos sobre a presença da ANS na mídia com comparação de temas e evolução por período;
- 5.4.6. Análise de mídia dos principais veículos da mídia nacional e regional (cedidos pela ANS) para temas específicos;
- 5.4.7. Revisão de textos;
- 5.4.8. Cobertura fotográfica, incluindo cessão de imagens;

6. ESPECIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

6.1. Para garantir celeridade à sua atuação, é imprescindível para a ANS um reforço na estrutura de comunicação, em caráter especializado, através da manutenção de uma equipe mínima atuando diretamente nas instalações da Agência. Esta equipe irá complementar as ações desenvolvidas pela Gerência de Comunicação Social em serviços demandados constantemente e não absorvidos pela equipe de servidores.

6.2. Para execução dos serviços objeto deste Projeto Básico, a Contratada deverá disponibilizar profissionais próprios qualificados para desenvolverem as atividades inerentes aos serviços relacionados no item 2. Detalhamento do Objeto, os quais deverão possuir o perfil profissional descrito abaixo:

6.2.1. Profissional de comunicação sênior – Profissional formado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, com, no mínimo, oito anos de atuação comprovada na área de comunicação corporativa, com experiência no relacionamento com a grande imprensa, com bom conhecimento dos veículos da imprensa nacional. Este profissional precisa ter habilidade para elaboração de relatórios, textos, entrevistas, posicionamentos, análise de mídia e administração de crises, para desenvolver atividades como:

- Atendimento e encaminhamento das demandas da imprensa em geral: nacional, regional, especializada, das mídias online, impressa e eletrônica;

- Desenvolvimento de entrevistas com públicos gerais da ANS, desde diretores, a servidores e colaboradores;
- Redação de textos diversos: releases, notas, textos para site e intranet, posicionamentos, chamadas e sugestões de pauta;
- Desenvolvimento de estratégias para divulgação de temas de interesse da ANS;
- Desenvolvimento de relatórios de presença na mídia;
- Proposição de estratégias para gerenciamento de crises.

6.2.1.1. Número total de horas mensais previstas: 160h

6.2.1.2. Posto de trabalho = 1

6.2.2. Profissional de comunicação pleno – Profissional formado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, com, no mínimo, três anos de atuação comprovada na área, com experiência no relacionamento com a grande imprensa. Este profissional precisa ter habilidade para elaboração de textos e entrevistas para desenvolver atividades como:

- Atendimento e encaminhamento das demandas da imprensa em geral: nacional, regional, especializada, das mídias online, impressa e eletrônica;
- Desenvolvimento de entrevistas com públicos gerais da ANS, desde diretores, a servidores e colaboradores;
- Redação de textos diversos: releases, notas, textos para site e intranet, posicionamentos, chamadas e sugestões de pauta.

6.2.2.1. Número total de horas mensais previstas: 320h

6.2.2.2. Posto de trabalho = 2

6.2.3. Profissional de Comunicação Digital Pleno – Profissional formado em Comunicação Social, com, no mínimo, três anos de experiência na área de marketing de conteúdo em empresas ou em veículos de comunicação digital. Este profissional precisa ter conhecimento das principais redes sociais (Facebook, Twitter, LinkedIn, YouTube, SlideShare, G+, Instagram e Pinterest), plataformas de blog (Wordpress), softwares de monitoramento, análise, métricas e relatórios em mídias sociais (Scup, Hootsuite) e habilidade para desenvolver atividades como:

- Criação, redação, revisão, coleta e preparo de informações para ações nas redes sociais e plataformas colaborativas;
- Elaboração de estratégias para gerar diálogo e construir relações com stakeholders e influenciadores que estão na web;
- Gestão de estratégias integradas para conteúdo no portal, intranet e redes sociais;
- Desenvolvimento de campanhas e/ou ações nesse ambiente;
- Monitoramento e relacionamento nas principais redes sociais;
- Elaboração de relatórios analíticos de desempenho.

6.2.3.1. Número total de horas mensais previstas: 160h

6.2.3.2. Posto de trabalho = 1

6.2.4. Publicitário pleno – Profissional com formação em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda, com, no mínimo, oito anos de atuação na área e experiência em concepção, organização e gerenciamento de campanhas para públicos externos e internos e habilidade para desenvolver atividades como:

- Elaboração de briefing para desenvolvimento de campanha publicitária de utilidade pública;



- Interface com a agência de publicidade contratada e a Secretaria de Comunicação Social para desenvolvimento e veiculação de campanha publicitária de acordo com as normas vigentes de publicidade no governo federal;
- Conferência e execução da campanha publicitária em relação ao plano de mídia aprovado por esta Gerência de Comunicação Social e pela SECOM;
- Criação, redação, revisão, coleta e preparo de informações para compor ações de divulgação interna e externa, por meio da intranet, site, informativos impressos e outros meios e formatos de comunicação, de acordo com as determinadas áreas da ANS;
- Desenvolvimento de pesquisas qualitativas e quantitativas: recall de campanhas publicitárias e hábitos de consumo, entre outras relacionadas a públicos estratégicos da ANS que se apresentem;

6.2.4.1. Número total de horas mensais previstas: 160h

6.2.4.2. Posto de trabalho = 1

6.2.5. Designer pleno – Profissional com formação em Desenho Industrial, ou com especialização em design gráfico ou criação, com carga horária mínima de 360 horas. Deve comprovar, no mínimo, cinco anos de atuação na área, com experiência em gestão de marca com desenvolvimento para impressos e web, gestão de projetos gráficos. Este profissional precisa ter conhecimento dos programas necessários (Illustrator, PhotoShop, Indesign, Pacote Office, ou equivalentes) e habilidade para desenvolver atividades como:

- Desenvolvimento e diagramação de cartazes, cartões, livros, sinalização e folhetos em geral;
- Criação de apresentações e infográficos;
- Gestão de marca;
- Criação e layout para canais digitais;
- Fechamento de arquivo e envio para gráfica.

6.2.5.1. Número total de horas mensais previstas: 320h

6.2.5.2. Posto de trabalho = 2

6.2.6. Coordenador – Profissional com formação em Comunicação Social. Experiência comprovada de, pelo menos, 8 (oito) anos de atuação na área de comunicação corporativa, com perfil para exercer atividades de supervisão, coordenação e execução de textos, relatórios, textos, entrevistas, posicionamentos, análise de mídia e administração de crises. Deverá desenvolver atividades como:

- Coordenar o trabalho da equipe alocada nas dependências da ANS;
- Organizar reuniões de pauta e acompanhamento;
- Supervisionar a entrega dos produtos solicitados pela ANS, previstos na tabela de produtos e serviços;
- Organizar métodos e processos de trabalho relacionados com a técnica de divulgação e comunicação;
- Elaborar relatório

6.2.6.1. Número total de horas mensais previstas: 160h

6.2.6.2. Posto de trabalho = 1

6.3. A correlação entre os perfis profissionais e as áreas de atuação dos Serviços Gerais está no apêndice VI- Correlação entre Perfis Profissionais e Áreas de Atuação.

7. COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

7.1. A Contratada deverá apresentar, para assinatura do contrato, uma relação contendo o perfil, nome, identidade, CPF dos profissionais que serão colocados à disposição da execução dos serviços indicados neste Projeto Básico.

7.2. A comprovação de escolaridade e da experiência profissional com formação acadêmica e especialização deverá ser feita por meio de:

7.2.1. Currículo dos profissionais, contendo suas qualificações e experiência profissional, discriminando suas áreas de atuação, constando, entre outros dados, o nome da(s) empresa(s) ou instituição(ões) na(s) qual(is) desempenhou a(s) respectiva(s) função(ões);

7.2.2. Cópia(s) do(s) diploma(s)/certificado(s) ou declaração(ões) ou atestados ou certidão(ões).

7.3. É facultado à **ANS** efetuar diligências para comprovar as informações prestadas, na forma do subitem anterior.

8. REGIME DE EXECUÇÃO, MODALIDADE E TIPO DE CONTRATAÇÃO

8.1. Os produtos e serviços constantes deste Projeto Básico serão executados e entregues continuamente, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

8.2. A empresa será contratada por meio de concorrência pública, do tipo melhor técnica e preço.

9. VISTORIA

9.1. Não é necessária para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta que o licitante realize vistoria nas instalações do local de execução dos serviços.

9.2. É facultada ao licitante a possibilidade de realização de vistoria no local de prestação do serviço, se assim desejar.

9.3. Caso o licitante opte por realizar a vistoria, esta deverá ser acompanhada por servidor designado para esse fim, em horário a ser agendado de segunda a sexta, entre 9:00 e 16:00, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (21) 2105-0360.

9.4. O prazo para agendamento da vistoria será iniciado no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, devendo esta ser realizada até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

9.5. Para a vistoria, o licitante ou representante legal deverá estar devidamente identificado.

10. COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE

10.1. A licitante deverá apresentar atestados/declarações de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para



desempenho das atividades descritas neste Projeto Básico, demonstrando que a licitante efetuou ou vem efetuando os serviços a seguir descritos:

- 10.1.1. Planejamento estratégico de assessoria de imprensa;
- 10.1.2. Auditoria de imagem da instituição cliente junto à mídia;
- 10.1.3. Gestão de mídias digitais;

10.2. Os atestados/declarações deverão ser lavrados em papel timbrado da pessoa jurídica, de direito público ou privado, à qual foram prestados os serviços, contendo CNPJ, nome, cargo, assinatura, endereço, telefone e e-mail de contato dos signatários, além das seguintes informações:

- 10.2.1. Qualificação dos serviços prestados, retratando o grau de satisfação do emitente em relação a cada serviço a que se refere o atestado/declaração;
- 10.2.2. Período de prestação de cada serviço a que se refere o atestado/declaração;
- 10.2.3. Grau de satisfação para os serviços prestados.

10.3. Para fins de comprovação dos serviços prestados indicados nos itens 10.1.1. a 10.1.3 será permitido o somatório dos atestados.

10.4. É de inteira responsabilidade da licitante a apresentação dos atestados, cuja publicidade atenderá aos princípios constitucionais de transparência aplicáveis aos processos administrativos.

10.5. É facultado à Comissão de Licitação efetuar diligências para comprovar as informações prestadas.

11. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

11.1. Para fins de formulação de Proposta de Preços (Apêndice III-A), a Proponente deverá considerar as planilhas de composição de preços (Apêndices III-B – Planilha de custos e formação de preços; e Apêndice III – C – Planilha anual de preço para Execução dos Produtos).

11.2. Será desclassificada a proposta da empresa que deixar de apresentar preço para a planilha orçamentária, na forma dos Apêndices III – B e III – C.

11.3. No valor proposto deverão estar contemplados todas e quaisquer despesas, tais como: encargos, tributos, custos, e demais despesas que venham a incidir, direta ou indiretamente na prestação de serviços objeto deste Projeto Básico.

11.4. Na PROPOSTA DE PREÇOS, a proponente deverá indicar a Razão Social, CNPJ/MF, nome do Banco, Agência, localidade e o número da conta corrente da Proponente, para o recebimento dos pagamentos.

11.5. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto ou reservado, que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as empresas proponentes.

11.6. Não se considerará quaisquer ofertas de vantagens não previstas no Edital ou baseadas nas ofertas das demais Proponentes.

11.7. Serão desclassificadas as empresas que ofertarem preços irrisórios, manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado na forma do contido no art. 48 da lei 8.666/93;

11.7.1. Não será admitida Proposta de Preços que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero ou que venham a ser consideradas inexequíveis.

11.7.2. Serão consideradas em presunção relativa de inexequibilidade as propostas que não atinjam 70% (setenta por cento) do valor orçado pela administração ou o mesmo percentual em relação à média aritmética das propostas que atingirem valores acima de 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, o que for menor, nos termos do artigo 48 da Lei 8.666/93.

11.7.2.1. As propostas que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de informações adicionais ou em processo de diligência promovido pela CEL serão desclassificadas por inexequibilidade.

11.8. O preço total será informado em moeda corrente nacional (R\$), com duas casas decimais, expresso em algarismos e por extenso.

11.9. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante e não lhe assistirá o direito de pleitear, na vigência do Contrato a ser firmado, nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.10. Não será considerada nenhuma vantagem não prevista neste Projeto Básico.

12. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

12.1. A Proposta Técnica apresentada deverá atender rigorosamente às prescrições e exigências constantes na especificação dos serviços, seja quanto à forma de apresentação e organização, seja quanto ao conteúdo, sob pena de desclassificação.

12.2. A licitante deverá apresentar os documentos relativos aos quesitos 1 a 4 em caderno único identificando a empresa, com endereço e CNPJ, em 1 (uma) via impressa, redigidos com clareza, sem emendas, rasuras e entrelinhas em suas partes essenciais.

12.2.1. A Proposta Técnica deverá estar constituída por 4 (quatro) quesitos – Raciocínio Básico, Solução de Comunicação, Relação Custo/Benefício e Capacidade de Atendimento – com seus respectivos subquesitos, conforme elencados no Apêndice II.

13. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1 PROPOSTA TÉCNICA

13.1.1 A avaliação técnica consistirá na pontuação dos quesitos e subquesitos que, somados, determinarão a nota atribuída, conforme descrito no Apêndice II.

13.1.2 Serão atribuídos à Proposta Técnica, no máximo, 100 (cem) pontos, que correspondem à soma aritmética das pontuações máximas que podem ser obtidas pelas licitantes nos 4 quesitos.

13.1.3 A soma das notas dos quesitos corresponderá à Pontuação Técnica (PT) de cada Proposta. Portanto, a apuração da pontuação técnica de cada proposta será feita por meio da seguinte fórmula:

$$PT = NQ1 + NQ2 + NQ3 + NQ4$$



Onde:

PT = Pontuação Técnica

NQ1 = Nota atribuída ao quesito 1 (Raciocínio básico)

NQ2 = Nota atribuída ao quesito 2 (Solução de Comunicação)

NQ3 = Nota atribuída ao quesito 3 (Relação custo/benefício)

NQ4 = Nota atribuída ao quesito 4 (Capacidade de Atendimento)

13.1.4 A notas dos quesitos corresponderá à média aritmética simples da pontuação concedida pelos membros da CEL, conforme item 11 do Edital.

13.1.5 O Índice Técnico (IT) será obtido por meio da seguinte fórmula:

$IT = PT/MPT$

Onde:

IT = Índice Técnico

PT = Pontuação Técnica da Proposta analisada

MPT = Maior Pontuação Técnica

13.1.6 Os valores numéricos referidos serão calculados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

13.1.7 Será desclassificada a Proposta que:

- a) Não atender às exigências do presente Projeto Básico;
- b) Não alcançar 70% (setenta por cento) da pontuação máxima;
- c) Obter nota zero em qualquer dos quesitos da Proposta Técnica; e
- d) Não atender as exigências elencadas no item 2 do Apêndice II.

13.1.8 Aspectos meramente formais poderão ser desconsiderados Comissão Especial de Licitação.

13.1.8.1 Os demais critérios de julgamento, não detalhados nesse item, estão elencados no Apêndice II, devendo ser integralmente observados.

13.2 PROPOSTA DE PREÇOS

13.2.1 Os preços ofertados nas propostas serão avaliados e valorizados da seguinte forma:

$$IP = (NPP1 \times 50 + NPP2 \times 50) / 100$$

Onde:

IP = Índice de Preços

NPP1 = Nota da Proposta de Preços 1

NPP2 = Nota da Proposta de Preços 2

$NPP1 = (MPGP/PGPA)$

MPGP = Menor Preço Global de Produtos das propostas apresentadas pelas licitantes classificadas tecnicamente, na forma do Apêndice III C

PGPA = Preço Global da Proposta Analisada (Apêndice III C)

$NPP2 = (MPGS/PGPA)$

MPGS = Menor Preço Global de Serviços das propostas apresentadas pelas licitantes classificadas tecnicamente, na forma do Apêndice III B

PGSPA = Preço Global da Proposta Analisada (Apêndice III B)

13.2.2 O valor da hora de cada atividade será o constante dos módulos das planilhas apresentadas pelas licitantes.

14. DO JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1. O julgamento das propostas será realizado em conformidade com o tipo de Licitação TÉCNICA E PREÇO, correspondendo 60% a TÉCNICA e 40% a PREÇO, observadas as regras estabelecidas neste Projeto Básico, conforme indicado abaixo:

$$NF = [(IT \times 60) + (IP \times 40)]$$

Onde:

NF = Nota Final

IT= Índice Técnico

IP= Índice de Preço

14.2. As propostas serão classificadas de acordo com a nota final alcançada pelas proponentes.

14.3. A classificação final das propostas será feita pela CEL, atendidas as exigências estabelecidas no presente certame. Será considerada vencedora a licitante que obtiver a maior Nota Final (NF).

14.4. Em caso de absoluta igualdade de propostas, será aplicado o disposto na Lei nº 8.666/93.

14.5. Será desclassificada a Proposta que:

- a) não atender às exigências do presente Projeto Básico e de seus Apêndices; e
- b) não alcançar 70% (setenta por cento) da pontuação máxima.

15. DA JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS

15.1. A contratação de um único fornecedor oferece a melhor relação custo-benefício para a ANS. As melhores práticas de comunicação baseiam-se na integração dessas três frentes (imprensa / relações públicas / comunicação digital) a partir de uma orientação estratégica e operacional (planejamento / gestão / monitoramento) comum que assegure o alinhamento e a coerência em termos de conteúdo e de linguagem na abordagem dos públicos-alvo.

PARTE II – GESTÃO DO CONTRATO

16. EXECUÇÃO CONTRATUAL DOS SERVIÇOS

16.1. De acordo com a necessidade e a conveniência da ANS, os serviços contemplarão todas as atividades previstas no item 5 – Especificação dos Produtos e Serviços deste Projeto Básico e serão prestados mediante solicitação formal, a ser registrada por meio de Ordem de Serviço.

16.2. A ANS somente efetuará pagamentos por serviços efetivamente prestados e devidamente recebidos e atestados pelo fiscal do contrato.

16.3. A critério da ANS, os produtos e serviços previsto neste Projeto Básico poderão ser elaborados e disponibilizados em meio físico, eletrônico ou magnético, conforme especificação contida na Ordem de Serviço.

16.4. Os serviços serão prestados em dias úteis, em jornadas de 8 (oito) horas diárias, em horário a ser estabelecido no início da vigência contratual.



16.4.1. Em caráter excepcional, a ANS poderá solicitar da empresa a prestação dos serviços aos sábados, domingos e feriados para atender à realização de programas institucionais, bem como a realização de plantões fora do horário comercial. Tais situações deverão ser objeto de Ordens de Serviço específicas.

16.5. A Contratada deverá manter suporte administrativo inerente aos produtos a serem fornecidos, garantindo um serviço de alto padrão, sem nenhum custo adicional para a ANS. Tal suporte diz respeito, ainda, ao gerenciamento de contingência de contrato, gerenciamento de pessoal, controle das atividades desenvolvidas pela Contratada, treinamento e capacitação dos profissionais que executarão os serviços, gerenciamento de contingência na manutenção da execução ininterrupta dos serviços, gerenciamento e política de segurança a ser adotada pela Contratada para manter o sigilo e a integridade das informações acessadas pelos profissionais.

16.6. Será de responsabilidade da Contratada prover aos profissionais envolvidos na execução contratual, dentro e fora de suas dependências, a infraestrutura necessária de equipamentos e suprimentos, constituída de acesso à Internet por meio de banda larga (com e sem fio), microcomputadores, softwares, equipamento de videoconferência, ferramentas tecnológicas e demais recursos, de forma a garantir a perfeita execução dos produtos e serviços definidos neste Projeto Básico.

16.6.1. Os profissionais responsáveis pelo atendimento de demandas de veículos de comunicação, item 5.3.1, deverão possuir celulares institucionais para atendimento a demandas extraordinárias fora do horário de expediente da ANS.

16.7. No caso de execução de produtos e serviços nas dependências da Contratante, esta proverá a infraestrutura básica para a execução dos serviços, limitando-se ao espaço físico, mobiliário e ao equipamento de informática.

17. CONTRATAÇÃO DE FORNECEDORES PELA CONTRATADA

17.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto para a prestação dos produtos e serviços constantes no Apêndice III – D – Estimativa Anual de Execução dos Produtos, nas seguintes condições:

17.1.1. No caso de contratação de fornecedores, a Contratada atuará por ordem e conta da Contratante, na forma dos itens 4.5 a 4.7.

17.1.2. Para a execução de produtos e serviços por meio de fornecedores, fica vedada a contratação, direta ou indireta, de empregado, sócio ou dirigente da Contratada, bem como de empresas em que tenha participação societária.

17.1.3. Os preços propostos para a execução de quaisquer produtos e serviços são de exclusiva responsabilidade da Contratada, não lhe cabendo pleitear nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

17.1.4. Quando da contratação de fornecedores de produtos e serviços necessários para a fiel execução do contrato, a Contratada obriga-se a exigir destes as mesmas condições do contrato firmado com a Contratante, respondendo totalmente por todas as infrações eventualmente cometidas.

17.1.5. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

17.2. O valor cobrado para cada serviço e produto executado por intermédio de fornecedor limitar-se-á ao valor proposto pela licitante fixado no Apêndice III-C.

17.3. As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens e/ou serviços a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores;

17.4. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

17.4.1. apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

17.4.2. substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

17.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

17.6. Não será aplicável a subcontratação quando a licitante for qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

18. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1. A execução dos serviços será iniciada, com todas as exigências estipuladas neste Projeto Básico, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato.

19. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

19.1. Para a liquidação e pagamento de despesa referente à execução de produtos e serviços previamente autorizados pela Contratante, a Contratada deverá apresentar:

a) Produtos e serviços prestados diretamente pela Contratada: a correspondente nota fiscal/fatura, que será emitida sem rasura, em letra legível, em nome e CNPJ da Contratante, da qual constará o número do contrato, descrição dos produtos e serviços executados, número da respectiva Ordem de Serviço e as informações para crédito em conta corrente: nome e número do banco, nome e número da agência e número da conta;

b) Produtos e serviços executados por intermédio de Fornecedores:

b.1) Nota fiscal/fatura, emitida conforme exigências da alínea 'a' para faturamento dos honorários;

b.2) Nota de débito, emitida conforme exigências da alínea 'a', relacionando todos os fornecedores acionados pela Contratada, detalhando CNPJ, razão social e respectivos valores, acompanhada da primeira via do documento fiscal do fornecedor emitido em nome da Contratante.

b.3) Nota de débito, emitida conforme exigências da alínea 'a', relacionando toda as despesas, com passagens aéreas e diárias, acionadas pela Contratada, detalhando CNPJ, razão social e respectivos valores, acompanhada do relatório de viagem, previsto no item 4 do Projeto Básico.



19.1.1. O Gestor do contrato só atestará a execução dos produtos e serviços e liberará os documentos para pagamento quando cumpridas pela Contratada todas as condições pactuadas.

19.2. Todos os pagamentos serão efetivados por meio de crédito em conta corrente mantida pela Contratada, da seguinte forma:

a) **Remuneração**, para cada ação sem incidência de honorários, dos Produtos e Serviços Precificados relacionados nos Apêndices III – B e III – C;

b) **Remuneração** correspondente a um percentual fixo proposto pelo licitante, sendo este de máximo de 10% (dez por cento), também chamado Honorários, cobrado sobre a prestação dos Produtos – Apêndice III – D, quando estes forem feitos por intermédio de terceiros; e

c) **Reembolso** de despesas com deslocamento e diárias.

19.3. Todos os reembolsos previstos nesse Projeto Básico serão efetuados mediante a apresentação da documentação válida correspondente (original ou cópia autenticada)

19.4. Os itens passíveis de reembolso não fazem jus aos honorários previstos na alínea 'b' do subitem 19.2.

19.5. O pagamento dos produtos e serviços será feito em até 30 (trinta) dias após a apresentação de todos os documentos previstos no subitem 19.1.

19.6. Os pagamentos a fornecedores de produtos e serviços deverão ser efetuados pela Contratada em até 10 (dez) dias após o crédito da ordem bancária da Contratante.

19.6.1. A Contratada informará à Contratante os pagamentos feitos a fornecedores por meio de relatório, emitido até o 10º (décimo) dia de cada mês, com a consolidação dos pagamentos efetuados no mês imediatamente anterior.

19.6.2. Os dados e formato dos controles serão definidos pela Contratante e os relatórios deverão conter, pelo menos, as seguintes informações:

- a) Data do pagamento da Contratante;
- b) Data do pagamento da Contratada;
- c) Números dos documentos fiscais decorrentes da demanda;
- d) Importância paga;
- e) Comprovante de pagamento;
- f) Número da Ordem de Serviço;
- g) Nome do favorecido.

19.7. As quantidades anuais apresentadas no Apêndice III - D - Estimativa Anual de Execução dos Produtos - representam apenas estimativas e serão executadas na medida da necessidade e conveniência da Contratante, que poderá readequá-las, ocasionando uma distribuição diferente da previamente estabelecida, desde que justificada a alteração e respeitado o limite estabelecido no item 20 do Projeto Básico, quanto ao valor de investimento para a contratação.

19.7.1. A quantidade anual foi prevista de forma a ser executada, de modo não cumulativo, durante cada vigência contratual de 12 (doze) meses.

20. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. Pelos primeiros 12 (doze) meses, o valor estimado da contratação é de R\$ 3.225.814,71 (três milhões, duzentos e vinte e cinco mil, oitocentos e quatorze reais e setenta e um centavos).

20.1.1. A Contratante não se obriga a efetuar as despesas estimadas em sua totalidade.

20.2. Os recursos a serem utilizados no pagamento dos produtos e serviços estarão consignados no Orçamento Fiscal da União no Programa de Trabalho 10.125.2015.4339.0001.

21. INFORMAÇÕES PARA O ESTABELECIMENTO DE REGRAS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

21.1. As regras para entrega, exigências, forma de apresentação, elaboração, critérios de julgamento e pontuação, análise e julgamento das Propostas Técnicas encontram-se no Apêndice II.

21.2. As regras para entrega, forma de apresentação, elaboração, análise e valoração das Propostas de Preço encontram-se nos Apêndices III. O modelo de Proposta de Preços constitui o Apêndice III-A.

21.3. O julgamento final das Propostas Técnicas e de Preços será feito de acordo com o previsto no item 14 do presente Projeto Básico.

22. DA ORDEM DE SERVIÇO

22.1. Todos os produtos e serviços executados no âmbito do contrato deverão ser solicitados e atestados pela Contrante por meio de Ordem de Serviço correspondente.

22.2. Em nenhuma circunstância será feito pagamento relativo a produto ou serviço executado sem a prévia emissão da respectiva Ordem de Serviço.

22.3. A Ordem de Serviço especificará todos os produtos ou serviços a serem prestados, bem como seus requisitos de qualidade e prazos.

22.4. Os valores pactuados na Ordem de Serviço devem corresponder aos fixados na planilha orçamentária apresentada na licitação.

22.5. As Ordens de Serviço serão emitidas em papel, em original e cópia para arquivo respectivamente pela Contratante e pela Contratada.

22.6. O formulário para emissão de Ordem de Serviço deverá prever o registro do conteúdo mínimo constante no Modelo de Ordem de Serviço (Apêndice V).

22.7. A Contratante designará, por meio de portaria, os servidores habilitados a emitir Ordens de Serviço, a autorizar a execução de serviços e a atestar produtos e serviços entregues, em apoio ao Fiscal do Contrato.

23. PROPRIEDADE, SEGURANÇA E SIGILO

23.1. A contratada deverá obedecer às normas e rotinas da ANS, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade dos dados, programas e procedimentos físicos de armazenamento e transporte das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços.



23.2. A contratada deverá guardar o mais absoluto sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza de que venham a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação ou incorreta ou descuidada utilização.

23.3. A contratada deverá reconhecer, ainda que, como prestadores de serviço por força de um contrato, sem vinculação direta com as atividades desenvolvidas, todo e qualquer trabalho realizado ou desenvolvido será de exclusiva propriedade da ANS.

23.3.1. A empresa apresentará termo de cessão de direito do autor em favor da ANS, de acordo com a Lei nº 8.666, de 1993, podendo utilizar os produtos dos trabalhos decorrentes da contratação, irrestritamente, no interesse do serviço.

23.3.2. Reserva-se, também, à ANS, além do direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, todos os produtos gerados na execução do contrato, ficando proibida sua utilização sem que exista autorização expressa desta Autarquia, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

24. GARANTIA

24.1. No prazo de até 20 (vinte) dias da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar garantia de execução contratual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, a fim de assegurar a sua execução, em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária

24.2. O descumprimento do prazo implicará multa nos termos do item 20 do Projeto Básico e 31 do Edital.

24.3. Em se tratando de garantia prestada mediante caução em dinheiro o depósito deverá ser feito obrigatoriamente na Caixa Econômica Federal, conforme determina o art. 82 do Decreto nº 93.872/1986, sendo devolvida atualizada monetariamente, nos termos do § 4º do art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

24.4. Os instrumentos de seguro-garantia ou fiança bancária deverão conter expressamente cláusula de atualização financeira e cláusulas que garantam o pagamento de indenização a terceiros e o pagamento de multas de mora e por inexecução contratual.

24.5. A garantia prestada contratada será liberada no prazo de 90 (noventa) dias, após o término da vigência do contrato, mediante a certificação pelo Gestor, de que os produtos e serviços foram executados a contento e os pagamentos devidamente liquidados.

24.6. Sem prejuízo das sanções previstas na Lei e neste Edital, a não prestação da garantia exigida, sem justificativa aceita pela contratante, será considerada como recusa injustificada em assinar o contrato, implicando sua imediata rescisão.

24.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a contratada se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data em que for notificada pela contratante.

25. VIGÊNCIA CONTRATUAL

25.1. O contrato terá duração de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de sua assinatura.

25.2. A vigência contratual poderá ser prorrogada, mediante acordo entre as partes, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993.

26. REPACTUAÇÃO

26.1. Será admitida a repactuação dos preços como espécie de reajuste contratual, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, conforme estabelece o art. 5º do Decreto nº 2.271, de 1997.

26.2. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no subitem anterior, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

26.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

26.4. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

26.5. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

26.6. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I – da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

II – da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

26.7. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão-de-obra da contratação pretendida;

26.8. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

26.9. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de



custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

26.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

26.11. Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

- I – os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- II – as particularidades do contrato em vigência;
- III – a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- IV – indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- V – a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

26.12. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

26.12.1. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos;

26.13. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

26.14. O órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

26.15. As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

26.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- I – a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- II – em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- III – em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

26.17. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

26.18. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

26.19. A empresa contratada para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666, de 1993.

27. RESCISÃO

27.1. A ANS poderá rescindir, a qualquer tempo, o contrato pelos motivos previstos na Lei nº 8.666/1993.

28. FISCALIZAÇÃO

28.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97, inicia-se no momento que o contrato for assinado e publicado.

28.2. O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato deverão ser exercidos com base na Instrução Normativa nº 02/2008, alterada pela Instrução Normativa nº 03/2009, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, aplicando no que couber aos serviços contratados, independente de transcrição, os procedimentos e rotinas definidos na referida norma.

28.3. A contratante fiscalizará a execução dos produtos e serviços contratados e verificará o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando não corresponderem ao desejado ou especificado.

28.4. Será nomeado gestor titular e substituto, para executar a fiscalização do contrato e registrar em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas na execução dos produtos e serviços e terão poderes, entre outros, para notificar a contratada, objetivando sua imediata correção.

28.5. A Gerência de Comunicação Social, através do fiscal do contrato deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

28.6. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

- I – os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- II - os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- IV - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- V - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

28.7. O representante da Administração deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.



28.8. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

28.9. A fiscalização da Administração não permitirá que a mão-de-obra execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

28.10. A contratada ficará sujeita à mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela ANS, que designará um representante para acompanhar execução dos serviços.

28.11. A existência da fiscalização da ANS, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da firma que vier a ser contratada, na prestação dos serviços a serem executados.

28.12. À contratante é facultado o acompanhamento da execução dos produtos e serviços objeto do contrato, juntamente com representante credenciado pela contratada.

28.13. A existência e a atuação da fiscalização pela contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne à execução do objeto do contrato.

29. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

29.1. Executar os produtos e serviços relacionados com o objeto do contrato de acordo com as especificações estipuladas pela contratante;

29.2. Executar os produtos e serviços mediante demanda da contratante e obter sua aprovação prévia, por escrito, antes de iniciar serviço ou de assumir despesa relacionada com o contrato;

29.3. Tomar providências, de imediato, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais produtos e serviços, mediante comunicação da contratante, respeitadas suas obrigações pelos produtos e serviços prestados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pela própria contratada ou por seus prepostos;

29.4. Comprometer-se a não veicular publicidade ou informação acerca das atividades objeto do contrato sem prévia e expressa autorização da contratante;

29.5. Prestar esclarecimentos à contratante sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

29.6. Manter, por si e por seus prepostos, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, irrestrito e total sigilo sobre:

29.7. Os assuntos de interesse da contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em decorrência da execução do contrato;

29.8. Os produtos gerados no decorrer dos trabalhos e as informações, os dados, os documentos e outros elementos utilizados na execução do contrato, vedado o seu uso ou divulgação a terceiros, ainda que parcial, sem prévia e expressa autorização da contratante.

29.9. Manter durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

- 29.10. Exercer o controle de qualidade na execução dos produtos e serviços prestados, com base no parâmetros determinados pela contratante.
- 29.11. Gerenciar e manter, com recursos e meios próprios, o preposto e as pessoas prestadoras de serviços nas localidades indicadas;
- 29.12. Substituir, tão logo seja notificada, o funcionário afastado por qualquer que seja o motivo, seja por licença médica, licença maternidade ou paternidade, falta, férias ou equivalentes;
- 29.13. Cumprir o escalonamento de férias do pessoal, no caso de prorrogação do contrato, de acordo com as necessidades da Contratante e provendo a substituição dos mesmos nestes períodos;
- 29.14. Providenciar a imediata substituição de qualquer empregado, sempre que houver afastamento do serviço, inclusive os legais;
- 29.15. Cumprir e fazer cumprir por seus empregados, as normas e regulamentos disciplinares da ANS, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes;
- 29.16. Não manter, durante toda a vigência do contrato, nenhuma forma de prestação de serviços de publicidade, promoção ou comunicação, com empresa concorrente ou incompatível com os interesses da contratante, devendo, na assinatura do contrato, apresentar declaração de inexistência de contratos vigentes que possam gerar conflito de interesses com as atividades finalísticas da Contratada;
- 29.17. A contratada deverá assinar Termo de Compromisso relativo à confidencialidade e sigilo, conforme modelo a ser definido pela contratante, se comprometendo, por si, seus prepostos e funcionários, inclusive no exterior, a não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

30. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 30.1. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a contratada;
- 30.2. Comunicar à contratada as orientações acerca dos produtos e serviços;
- 30.3. Fornecer e colocar à disposição da contratada os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos produtos e serviços;
- 30.4. Proporcionar condições para a boa execução dos produtos e serviços;
- 30.5. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;
- 30.6. Comunicar à contratada a necessidade de substituição de qualquer profissional;
- 30.7. Observar para que, durante a vigência contratual, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela empresa a ser contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- 30.8. Assegurar o livre acesso dos empregados da empresa a ser contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas



30.9. Notificar a contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

30.10. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

30.11. A contratante poderá, a seu juízo, avaliar o desempenho da contratada quanto ao planejamento e à execução dos produtos e serviços contratados. Para tanto, a contratante poderá realizar auditoria nos produtos e serviços prestados, sem ônus para a contratada, por meio de servidores seus ou de outros integrantes do Poder Executivo federal ou por empresas especializadas.

30.12. Constituem responsabilidades da contratada:

31. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

31.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

31.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

31.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

31.1.3. fraudar na execução do contrato;

31.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

31.1.5. cometer fraude fiscal;

31.1.6. não manter a proposta.

31.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

31.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

31.2.2. multa moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

31.2.3. multa compensatória de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

31.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

31.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

31.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

31.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

31.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

31.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

31.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

31.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

31.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

31.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

31.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

32. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

32.1. A contratada deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/10/2010.

33. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

33.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

34. BRIEFING

34.1. O Briefing constitui o Apêndice I e reúne as informações básicas necessárias para a elaboração de parte da Proposta Técnica.

35. INTEGRAM ESTE PROJETO BÁSICO OS SEGUINTE APÊNDICES:

- a) Apêndice I: Briefing
- b) Apêndice II: Entrega, Forma de Apresentação, Elaboração, Critérios de Julgamento e Pontuação, Análise e Julgamento das Propostas Técnicas;
- c) Apêndice III: Entrega, Forma de Apresentação, Elaboração, Análise e Valoração das Propostas De Preços
- d) Apêndice III – A: Modelo de Proposta de Preços;
- e) Apêndice III – B: Planilha de Custos e Formação de Preços;
- f) Apêndice III – C: Planilha de preço anual de Execução dos Produtos;
- g) Apêndice III – D: Estimativa Anual de Execução dos Produtos;
- h) Apêndice IV – Tabela de estimativa de valores de referência para deslocamentos por ano;
- i) Apêndice V – Modelo de Ordem de Serviço – OS;
- j) Apêndice VI - Correlação entre perfis profissionais e áreas de atuação; e
- k) Apêndice VII – Material de pesquisa junto a sociedade levantado em Dezembro/2016 pela ANS.



APÊNDICE I

BRIEFING

1. Situação Geral

O desenvolvimento da indústria no Brasil e o deslocamento da economia do setor agrário para os centros urbanos, a partir da década de 1950, influenciaram a organização da assistência no que tange aos planos privados de saúde. Empresários estrangeiros, inspirados principalmente na experiência americana, organizaram junto aos prestadores de serviço uma assistência médica e hospitalar específica para seus empregados.

A criação de empresas privadas de assistência médico-hospitalar também foi motivada pela capitalização da medicina, que fortaleceu o setor privado na prestação de serviços de saúde. Profissionais de saúde e prestadores de serviços identificaram a possibilidade de oferecer acesso a serviços de saúde a uma importante parcela da população das regiões urbanas e industrializadas, que possuía vínculo formal de trabalho nas indústrias de transformação, metalurgia e química. Estes fatores estimularam o credenciamento de serviços de saúde contribuindo para a expansão do mercado, particularmente de empresas de medicina de grupo e cooperativas médicas. Esta expansão se deu sem regulamentação específica para esta forma de assistência à saúde.

Até a década de 1980, os planos de saúde estavam voltados para trabalhadores inseridos no mercado formal. A partir da segunda metade dos anos 80, as operadoras de planos de saúde expandiram seus negócios para clientes individuais. Este início do setor no país, explica a grande maioria de beneficiário em planos coletivos em contraposição aos beneficiários individuais. Em 1988, a Constituição Federal estabeleceu o direito social à saúde, a universalização da assistência e a conformação de um sistema único de saúde (regulamentado pela Lei nº 8.080/90). A Constituição não fez referência específica ao setor de saúde suplementar.

É no final da década de 80, com o aumento importante deste mercado, queixas frequentes e cada vez mais persistentes quanto ao descumprimento das regras de contrato, que por sua vez pouco resguardavam interesses importantes das pessoas assistidas que a questão da regulamentação dos planos de saúde entrou na pauta da sociedade e do Governo. A promulgação da Lei do Código de Defesa do Consumidor (nº 8.078/90) exerceu forte influência nos acontecimentos no decorrer da década de 1990 no mercado de planos privados. Os direitos garantidos pelo Código impulsionaram pela solução dos problemas que haviam entre beneficiários e operadoras de planos de saúde.

2. Início da regulamentação

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é a agência reguladora vinculada ao Ministério da Saúde responsável pelo setor de planos de saúde no Brasil. Sua missão é promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regular as operadoras setoriais – inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores - e contribuir para o desenvolvimento das ações de saúde no país. A ANS tem por valores institucionais a transparência e ética dos atos, o conhecimento como fundamento da regulação, o estímulo à inovação para busca de soluções, a sustentabilidade setorial e o foco no compromisso social.

A instituição completa este ano 17 anos de existência e tem se tornado cada vez mais conhecida pela sociedade. Nesse sentido, a Agência tem se firmado como o principal canal de relacionamento com o beneficiário de plano de saúde. Por meio de ações de fiscalização e monitoramento regular que realiza junto ao setor, a ANS trabalha para garantir que os consumidores tenham o atendimento que foi contratado, com qualidade e em tempo oportuno.

Neste cenário, com os primeiros anos da década de 1990, o debate sobre os planos de saúde tinha como pontos principais: elaboração de regras de solvência para as operadoras de planos de saúde, abertura do setor para o capital estrangeiro, reivindicações de ampliação de cobertura e controle de preços defendidos pelas entidades médicas e de defesa do consumidor. A demanda por regulamentação governamental foi constituída por muitos temas, representados por diferentes atores e interesses, que resultaram em acordo entre os Poderes Executivo e Legislativo para a aprovação da Lei nº 9.656, de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Até então, as empresas de planos de saúde estavam sujeitas a um controle governamental irrisório, à exceção das seguradoras, que eram normatizadas pelo Ministério da Fazenda (SUSEP/MF). A criação do Departamento de Saúde Suplementar (DESAS), no Ministério da Saúde, em 1998, foi um primeiro passo para a regulação do mercado de planos privados de saúde.

A regulamentação da Lei nº 9.656, de 1998, trouxe mudanças importantes, entre as quais se destacam: obrigação de oferta de ampla cobertura dos serviços de saúde, incluindo assistência a todas as patologias da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), assistência psiquiátrica e transplantes de rim e de córnea, e proibição do limite do tempo e do número de internações e procedimentos. Também foram definidas regras para os casos de beneficiários demitidos do emprego, aposentados e portadores de doença ou lesão anterior à aquisição do plano, tempo máximo de carência, atendimento de urgência e emergência e rescisão de contrato por parte da operadora.

Trouxe também parâmetros para a sustentabilidade econômica das operadoras (reservas técnicas e provisões financeiras). No que tange ao reajuste de mensalidades, a regulamentação tratou de modo diferente os planos individuais dos coletivos: o primeiro caso tem seu índice definido pela ANS, ao passo que nos planos coletivos existe uma livre negociação entre as partes, posteriormente informada à ANS. Esta diferença na legislação presume o poder de negociação que empresas, associações e sindicatos (pessoas jurídicas) teriam na contratação de planos, em função do número de beneficiários vinculados, todavia uma parcela destes contratantes, possui poucos beneficiários, acarretando um baixo poder de negociação.

Para a regulação do setor, em 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Assim o marco regulatório da assistência suplementar privada é composto pela Lei nº 9.656, de 1998, e pela Lei nº 9.961, de 2000, na qual estão definidas as competências da ANS.

A ANS é uma autarquia sob o regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, caracterizada por autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão de recursos humanos, autonomia nas suas decisões técnicas e mandato fixo de seus dirigentes.

Tem atuação em todo o território nacional como órgão de regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades que garantam a assistência suplementar à saúde. Tem por finalidade institucional promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regulando as operadoras setoriais, inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores, contribuindo para o desenvolvimento das ações de saúde no País.

Sua sede é no estado do Rio de Janeiro e atualmente possui 12 Núcleos de atendimento nos estados da Bahia, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e no Distrito Federal.

Como visto, a área de ação da ANS compreende um mercado que já estava em funcionamento por cerca de 40 anos, que se expandiu desordenadamente e englobava diversos tipos de planos e de operadoras que atendiam a uma grande variedade de interesses e nichos de mercado. Devido a isso, até o início da regulação governamental, pouco se conhecia sobre o mercado de planos privados de saúde no país, pois além das informações oriundas de pesquisas como a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar e a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, as demais informações existentes eram as geradas pelos próprios integrantes do mercado.

A partir da criação da ANS, as operadoras tornaram-se obrigadas a informar periodicamente dados econômico-financeiros; características dos planos comercializados: serviços cobertos, rede prestadora, tipo de contratação, abrangência geográfica, segmentação assistencial e utilização de serviços; bem como dados dos beneficiários que possibilitam conhecer o perfil de idade, sexo e local de residência.

3. Cenário atual

Os atores do mercado regulado se organizaram em formatos de entidades para juntas exercerem seus direitos de petição por exemplo. Como exemplo, citamos a ABRAMGE (Associação Brasileira da Medicina de Grupo), UNIDAS (União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde), Sistema



UNIMED (congrega as cooperativas médicas), FENASEG (Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização), Confederação Nacional de Saúde (CNS), Federação Brasileira de Hospitais (FBH) e suas congêneres entre outros agrupamentos com os quais a ANS dialoga. Além dos grupamentos das empresas reguladas e prestadores de serviço, também existem representantes dos consumidores como Idec (Instituto de Defesa do Consumidor), Proteste e os PROCONS.

O judiciário também é outro importante ator do mercado com o qual a ANS vem pactuando acordos e termos de cooperação técnica no intuito de buscar um entendimento mais abrangente sobre a saúde suplementar e a coletividades que ela necessariamente envolve.

Finalmente, temos os órgãos de imprensa, que divulgam fatos, questionam medidas adotadas e fazem o papel de vigilante dos direitos dos usuários. Contudo, não se pode negar que por vezes são percebidos conteúdos inverídicos, com viés político, que não levam em consideração o posicionamento da instituição.

Um grande desafio do setor de saúde suplementar é garantir sua sustentabilidade frente a uma longevidade cada vez maior da população, focando na promoção da saúde e ampliando a qualidade da assistência ao consumidor. Em um cenário com crescente incorporação de novas tecnologias, o equilíbrio é a peça chave para a qualidade de vida do beneficiário.

Do ponto de vista da gestão do mercado, as próprias operadoras também precisam buscar a eficiência por meio da redução de custos, mas sem perda da qualidade da assistência, investindo na rede de atendimento, no aprimoramento das relações com os prestadores e na disseminação de informações para os consumidores.

Abaixo seguem dados do setor de saúde suplementar. As tabelas foram retiradas do último Caderno de Informação da Saúde Suplementar, edição de setembro de 2016. (http://www.ans.gov.br/images/stories/Materiais_para_pesquisa/Perfil_setor/Caderno_informacao_sau_de_suplementar/Caderno_setembro_2016.pdf)

Tabela 2 - Beneficiários de planos privados de saúde por tipo de contratação do plano, segundo cobertura assistencial do plano (Brasil - junho/2015-junho/2016)

Cobertura assistencial do plano	Total	Coletivo				Individual	Não informado
		Total	Empresarial	Por adesão	Não identificado		
Assistência médica com ou sem odontologia							
jun/15	50.129.325	40.016.727	33.253.752	6.752.418	10.557	9.803.305	309.293
set/15	49.796.251	39.745.219	33.126.802	6.607.949	10.468	9.756.064	294.968
dez/15	49.397.350	39.468.328	32.836.337	6.621.757	10.234	9.646.613	282.409
mar/16	48.729.557	38.903.308	32.312.684	6.580.384	10.240	9.555.399	270.850
jun/16	48.487.129	38.731.187	32.136.535	6.584.431	10.221	9.492.363	263.579
Exclusivamente odontológico							
jun/15	21.549.811	17.856.413	15.993.718	1.858.151	4.544	3.624.118	69.280
set/15	21.922.026	18.156.067	16.256.000	1.895.871	4.196	3.700.138	65.821
dez/15	22.011.674	18.201.036	16.304.270	1.892.597	4.169	3.749.483	61.155
mar/16	21.705.447	18.047.303	16.212.562	1.830.574	4.167	3.608.708	49.436
jun/16	21.960.006	18.239.450	16.379.908	1.855.389	4.153	3.674.262	46.294

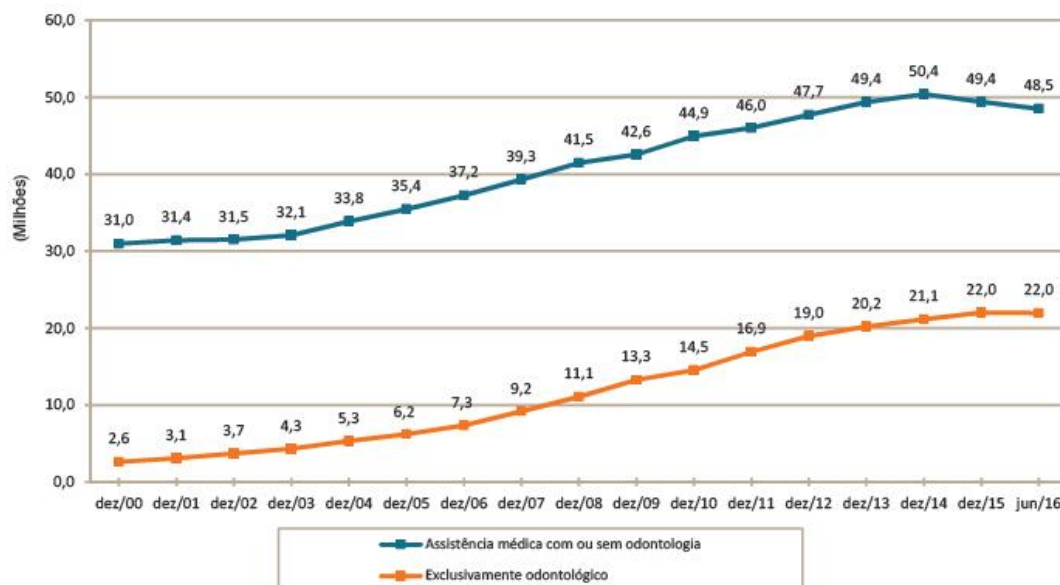
Fonte: SIB/ANS/MS - 06/2016

Caderno de Informação da Saúde Suplementar - setembro/2016

Notas: 1. O termo "beneficiário" refere-se a vínculos aos planos de saúde, podendo incluir vários vínculos para um mesmo indivíduo.

2. Dados preliminares, sujeitos a revisão.

**Gráfico 1 - Beneficiários de planos privados de saúde por cobertura assistencial do plano
(Brasil - dezembro/2000-junho/2016)**



Fonte: SIB/ANS/MS - 06/2016

Caderno de Informação da Saúde Suplementar - setembro/2016

Notas: 1. O termo "beneficiário" refere-se a vínculos aos planos de saúde, podendo incluir vários vínculos para um mesmo indivíduo.

2. Dados preliminares, sujeitos a revisão.

Assistência Médica por Sexo segundo Faixa etária

Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
TOTAL	22.637.773	25.897.038	48.534.811
Até 1 ano	349.103	335.851	684.954
1 a 4 anos	1.468.367	1.410.789	2.879.156
5 a 9 anos	1.615.234	1.546.204	3.161.438
10 a 14 anos	1.390.044	1.347.273	2.737.317
15 a 19 anos	1.402.728	1.444.890	2.847.618
20 a 24 anos	1.655.723	1.859.373	3.515.096
25 a 29 anos	2.040.792	2.422.536	4.463.328
30 a 34 anos	2.383.725	2.794.556	5.178.281
35 a 39 anos	2.210.389	2.537.692	4.748.081
40 a 44 anos	1.738.060	1.981.650	3.719.710
45 a 49 anos	1.478.732	1.692.263	3.170.995
50 a 54 anos	1.352.531	1.567.940	2.920.471



55 a 59 anos	1.089.724	1.313.203	2.402.927
60 a 64 anos	826.534	1.047.402	1.873.936
65 a 69 anos	590.455	808.040	1.398.495
70 a 74 anos	403.204	602.534	1.005.738
75 a 79 anos	292.837	476.198	769.035
80 anos ou mais	348.768	707.915	1.056.683
Inconsistente	823	729	1.552

3.1 Operadoras

As operadoras de planos privados de saúde estão divididas em 9 modalidades.

- Administradora de planos: empresas que administram planos de assistência à saúde financiados por outra operadora; não possuem beneficiários; não assumem o risco decorrente da operação desses planos; e não possuem rede própria, credenciada ou referenciada de serviços médico-hospitalares ou odontológicos.
- Administradora de benefícios: pessoa jurídica que propõe a contratação de plano coletivo na condição de estipulante ou que presta serviços para pessoas jurídicas contratantes de planos privados de assistência à saúde coletivos.
- Autogestão: entidade que opera serviços de assistência à saúde ou empresa que se responsabiliza pelo plano privado de assistência à saúde, destinado, exclusivamente, a oferecer cobertura aos empregados ativos de uma ou mais empresas, associados integrantes de determinada categoria profissional, aposentados, pensionistas ou ex-empregados, bem como a seus respectivos grupos familiares definidos.
- Cooperativa médica: operadora que se constitui na forma de associação de pessoas sem fins lucrativos nos termos da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, formada por médicos, e que comercializa ou opera planos de assistência à saúde.
- Cooperativa odontológica: operadora que se constitui em associação de pessoas sem fins lucrativos nos termos da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, formada por odontólogos, e que comercializa ou opera planos de assistência à saúde exclusivamente odontológicos.
- Filantropia: operadora que se constitui em entidade sem fins lucrativos que opera planos privados de saúde e que tenha obtido certificado de entidade filantrópica junto ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).
- Medicina de grupo: operadora que se constitui em sociedade que comercializa ou opera planos privados de saúde, excetuando-se as classificadas nas modalidades administradora, cooperativa médica, autogestão, filantropia e seguradora especializada em saúde.
- Odontologia de grupo: operadora que se constitui em sociedade que comercializa ou opera planos odontológicos.
- Seguradora especializada em saúde: empresa constituída em sociedade seguradora com fins lucrativos que comercializa seguros de saúde e oferece, obrigatoriamente, reembolso das despesas médico-hospitalares ou odontológicas, ou que comercializa ou opera seguro que preveja a garantia de assistência à saúde, estando sujeita ao disposto na Lei nº 10.185, de 12 de fevereiro de 2001, sendo vedada a operação em outros ramos de seguro.

As operadoras podem ter planos com 3 diferentes tipos de contratação: Individual ou familiar, que tem livre adesão de beneficiários, com ou sem grupo familiar; Coletivo empresarial, plano vinculado à pessoa jurídica por relação empregatícia ou estatutária; Coletivo por adesão, plano em que o beneficiário deve manter vínculo com pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial.

As possibilidades de cobertura assistencial são diversas.

- Ambulatorial: dá direito a consultas médicas em clínicas básicas e especializadas; apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais determinados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde e em contrato.
- Hospitalar com obstetrícia: garante a prestação de serviços à saúde, em regime de internação hospitalar, e engloba atenção ao parto, às doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10), da Organização Mundial de Saúde e aos processos determinados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde e em contrato.
- Hospitalar sem obstetrícia: garante todos os procedimentos listados no hospitalar com obstetrícia mas exclui a atenção ao parto
- Odontológica: garante assistência odontológica, compreendendo procedimentos realizados em ambiente ambulatorial de odontologia que estejam determinados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde e em contrato.
- De referência: segmentação assistencial de plano de saúde com cobertura assistencial de plano de saúde com cobertura assistencial médico-ambulatorial e hospitalar com obstetrícia em acomodação enfermagem.

Outra importante característica dos planos é a data de contratação. Baseados nisso, encontramos 2 cenários: plano antigo e plano novo. O plano antigo é aquele celebrado antes da vigência da Lei nº 9.656/98, valendo, portanto, o que está estabelecido em contrato. A Lei define que esse plano deve ser cadastrado na ANS para informar as condições gerais de operação estabelecidas em contrato. Os planos novos são os que tem contrato firmado a partir de 02/01/1999.

Existem ainda outras características que são mais conhecidas do grande público, como área de abrangência do plano e tipo de acomodação em caso de plano hospitalar.

3.2 Diretorias da ANS

As decisões da ANS são tomadas em reunião colegiada que é formada por 5 diretorias: DIGES(Diretoria de Gestão), DIPRO (Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos), DIOPE (Diretoria de Normas e Habilitação de Operadoras) DIFIS (Diretoria de Fiscalização) e DIDES (Diretoria de Desenvolvimento Setorial). Os nomes são indicados pela Presidência da República para o Senado Federal que, através da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sabatina e vota pela aprovação ou reprovação do candidato. O diretor presidente da Agência, Dr. José Carlos Abrahão é, atualmente, o único membro da colegiada que veio do mercado privado. As diretoras, Martha Oliveira e Simone Freire, são servidoras concursadas da casa, Karla Coelho é servidora da UFRJ e, o recém-empossado diretor, Leandro Fonseca, é servidor do Ministério do Planejamento e Gestão. A configuração atual acalma a grande mídia que sempre foi avessa a pessoas do mercado atuando em agências reguladoras, ainda que sejam respeitados os fluxos corretos de quarentena quando o diretor deixa o mandato.

3.2.1 Atuação

As diretorias da ANS atuam de forma integrada, embora possuam atribuições específicas. A DIOPE é responsável pela autorização de funcionamento, qualificação, acompanhamento econômico-financeiro, regimes especiais de direção fiscal e liquidação extrajudicial das operadoras de planos privados de assistência à saúde. Dentre essas atividades, vem ganhando destaque o acompanhamento econômico-financeiro das operadoras com os desdobramentos possíveis como a direção fiscal. O regime consiste em um acompanhamento *in loco* por um agente nomeado pela ANS, que irá reportar, por até 365 dias, a situação econômico-financeira da operadora. A assessoria de imprensa da ANS precisa constantemente explicar para a mídia que não se trata de uma intervenção, já que o diretor fiscal não interfere na rotina ou gestão da operadora.

A DIPRO regulamenta, habilita, qualifica e acompanha os produtos ou planos das operadoras registradas. Também determina um regime especial chamado direção técnica, que se diferencia da direção fiscal pois é um acompanhamento da assistência prestada ao beneficiário e das decisões administrativas. Ainda estão a cargo desta diretoria a atualização do rol de procedimentos e eventos em saúde, realizada a cada 2 anos, a portabilidade de carências, a definição dos prazos de atendimento e a regulação do reajuste de planos de saúde.



A DIDES é a diretoria que identifica interfaces e fomenta a integração entre o segmento de Saúde Suplementar e o SUS; dissemina e produz informações padronizadas e de qualidade para a inovação do setor de saúde suplementar e para subsidiar políticas públicas, inclusive ressarcindo os recursos do SUS e contribui para a ampliação do poder de escolha dos consumidores de planos privados de assistência à saúde.

O ressarcimento ao SUS sempre foi o tema de maior proeminência nesta diretoria. Em resumo, a ANS cobra das operadoras os atendimentos feitos pelo SUS aos beneficiários de planos de saúde, excluindo-se aqueles que estejam cumprindo carência ou que não tenham direito aquele atendimento pelo plano contratado. Entre os projetos desenvolvidos por esta diretoria, destaca-se o Parto Adequado, desenvolvido em parceria com Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE) e o *Institute for Healthcare Improvement* (IHI), com o apoio do Ministério da Saúde e propõe que maternidades e hospitais adotem modelos de atenção ao parto que valorizem a via vaginal de nascimento. O projeto tem mostrado resultados. Nos hospitais participantes registrou-se um aumento de 17,7 pontos percentuais nos partos normais e consequentemente uma redução nas internações em UTIs neonatais.

A fiscalização das atividades das operadoras e pelo cumprimento das normas do setor é atribuição da DIFIS, que ainda instaura, instrui e decide em primeira instância processos administrativos. A DIFIS também é responsável pela articulação com órgãos e entidades de defesa do consumidor, além de coordenar os canais de atendimento da ANS.

Em 2009, a diretoria implantou a mediação de conflitos entre beneficiários e operadoras por meio da Notificação de Intermediação Preliminar (NIP), que tem prazo de 5 a 10 dias úteis para resolução do problema apresentado pelo consumidor. A mediação acontece antes da instauração do processo e tem o objetivo de ser uma resposta rápida para o consumidor. Hoje o percentual de demandas resolvidas nessa fase é de cerca de 90% (primeiro semestre de 2016). A DIFIS também divulga periodicamente os números de atendimento. Dados até junho de 2016, mostram que foram registradas mais de mais 132 mil pedidos de informação e cerca de 42 mil reclamações de beneficiários junto à ANS.

A DIGES é a diretoria que planeja, coordena, organiza e implementa políticas, ações e projetos de gestão e aprimoramento internos, visando ampliar a capacidade de governança da ANS. O principal público desta diretoria é o servidor e colaborador da ANS, no entanto assuntos como orçamento, incluindo-se aí arrecadação de multas, e concurso público sempre suscitam interesse externo. Como desafio, a DIGES tem a melhora do clima organizacional, principalmente a maior integração com os 12 núcleos localizados no país que eventualmente não possuem a mesma estrutura técnica da sede.

3.2.2 Normativos

Para regular e fiscalizar o setor, a ANS publica normas em formato de Resolução Normativa (RN), Resolução Operacional (RO) ou Instrução Normativa. A elaboração de um normativo pode surgir por meio de estudos de mercado, por demandas da sociedade ou por diagnóstico da própria Agência. Na maioria das vezes, as normas contam com a contribuição da sociedade, seja pela participação de representantes em grupos de trabalho ou com envio de sugestões em consultas públicas.

Geralmente, as normas publicadas pela ANS são amplamente divulgadas para conhecimento de toda a sociedade.

4. Desafio de Comunicação

a) A garantia de acesso à informação é um compromisso, além de um desafio constante. É também uma forma de dar poder ao cidadão, pois pessoas bem informadas podem fazer escolhas que atendam melhor às suas necessidades.

b) Esse compromisso está diretamente relacionado às atividades de comunicação da ANS. Faz parte dos objetivos de comunicação zelar pela imagem da Agência, buscar sua interação com os públicos de interesse de forma continuada e transparente e fornecer informação clara, útil e de fácil acesso, visando fortalecer a capacidade de escolha do consumidor e o equilíbrio das relações no setor regulado.

c) É, portanto, uma estratégia e um desafio o desenvolvimento e consolidação do bom relacionamento da ANS com públicos estratégicos: servidores, imprensa, consumidores, operadoras, prestadores, formadores de opinião, entidades representativas do setor, governo e sociedade em geral. A redução da assimetria junto a um público heterogêneo, compreendido entre homens e mulheres de todas as classes sociais, desde adolescentes até pessoas muito idosas, residentes em todas as regiões do Brasil, é um desafio de comunicação na mesma proporção. Mercado, atual e potencial, segmentos de público ou segmentos sociais com que se relaciona.

5. Objetivos de Comunicação

Diante do exposto e considerando os desafios da agência reguladora, a concorrente deverá definir um tema que considere relevante e propor um plano de comunicação com ferramentas e estratégia que possibilite a ampliação do conhecimento desse tema junto à sociedade e/ou a redução de distorções sobre a missão da ANS. Por exemplo: pode ser elaborado um plano para esclarecer determinadas normas ou projetos da Agência; ou ser desenvolvida uma ação para tornar o papel da reguladora mais claro para a sociedade.

Sua atuação deverá:

- a) Apresentar um diagnóstico da situação com as principais forças e fraquezas que identifica na contratante que precisam ser consolidadas ou alteradas.
- b) Informar quais serviços ou atuações da contratante poderiam ser incrementadas para melhor diálogo com o público-alvo.
- c) Indicar que produtos, serviços, programas ou ações de comunicação deverão ser feitos para atingir o objetivo.
- d) Avaliar a necessidade de reposicionamento de conceitos e atributos de projetos da casa. Caso não seja parte do plano.
- e) Avaliar a necessidade de reposicionamento, reformulação ou reforço de conceito e/ou da imagem da ANS, junto à sociedade e/ou públicos de interesse.

5.1. Públicos-alvo

- a) A licitante deverá indicar qual ou quais públicos pretende atingir com a ação e fazer sua relação com a ação proposta.
- b) considera-se público alvo: servidores, colaboradores, operadoras, prestadores, beneficiários ou consumidores em busca de plano de saúde e as entidades representantes desses grupos.

5.2 Outras informações

- a) A licitante poderá consultar o Apêndice VII que traz resultados de pesquisa recente realizada pela ANS junto à sociedade.
- b) Caso julgue necessário, a licitante poderá utilizar os canais oficiais da ANS como fontes de conhecimento, tais como portal www.ans.gov.br ou suas redes sociais.

5.3. Recursos Próprios de Comunicação

- a) A licitante poderá utilizar recursos que já são normalmente utilizados pela ANS para execução da sua ação. Ela poderá ainda sugerir sua ampliação ou mesmo eliminação do recurso, caso julgue necessário para sua estratégia.
- b) A ANS dispõe de portal institucional, página no Facebook, canal no *YouTube*, conta no *twitter* e no *slideshare*. Internamente, possui intranet acessível dos computadores ligados à rede da ANS, boletim



eletrônico semanal para todos os servidores e colaboradores, boletim eletrônico para gestores, jornal mural, tela de *login* com imagem de acordo com a campanha interna vigente.

c) A licitante poderá sugerir a criação de novos canais para implementar seu plano de comunicação caso julgue necessário.

5.4. Composição de produtos/serviços e custo

a) O projeto deve ser constituído, exclusivamente, com a mão-de-obra relacionada no Projeto Básico e com a Estimativa Anual de Execução dos Produtos – Apêndice III – D;

b) O projeto tem um orçamento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

c) Não entram na contabilidade do orçamento a mão-de-obra relacionada no Projeto Básico.

APÊNDICE II

ENTREGA, FORMA DE APRESENTAÇÃO, ELABORAÇÃO, CRITÉRIOS DE ANÁLISE E PONTUAÇÃO, ANÁLISE DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

1. ENTREGA

1.1 Os documentos integrantes da Proposta Técnica deverão ser entregues acondicionados no **Envelope B**.

2. FORMA DE APRESENTAÇÃO

2.1 As licitantes deverão apresentar sua Proposta Técnica em caderno único, em papel A4 que a identifique nos documentos por ela emitidos, ter suas páginas numeradas sequencialmente e ser redigida em Português, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras, datada e assinada por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

2.2 A proposta deverá ter no mínimo 8 laudas e no máximo 40 laudas. Papel tamanho A4; fonte Arial; tamanho do título 14 e tamanho do corpo do texto 12; margem 2,5 e entrelinhamento simples.

2.3 No caso da proposta conter elementos em formato diferente ao previsto no subitem 2.1, o conjunto deverá ser apresentado de forma a manter sua unicidade e identidade.

3. EXIGÊNCIAS

3.1 A licitante deverá apresentar formalmente declaração de que aloca profissionais qualificados em número suficiente para o cumprimento e execução dos produtos e serviços objeto da contratação, de forma a atender as demandas com a qualidade exigida e no prazo definido contratualmente;

4. ELABORAÇÃO

4.1 A Proposta Técnica deverá estar constituída por 4 (quatro) quesitos – Raciocínio Básico, Solução de Comunicação, Relação Custo/Benefício e Capacidade de Atendimento – com seus respectivos subquesitos.

Quesito 1 - Raciocínio Básico

4.2 A Comissão Especial de Licitação irá julgar a proposta de acordo com os seguintes critérios:

- a) Compreensão da situação e do contexto expostos no Briefing;
- b) Entendimento sobre o desafio de comunicação exposto no Briefing;
- c) Apresentação de conexão dos objetivos escolhidos com o(s) público(s) escolhido(s);

Quesito 2 - Solução de Comunicação

4.3 O Quesito 2 – Solução de Comunicação será composto por 3 (três) subquesitos:

- 1. Estratégia de comunicação;



2. Plano de Comunicação;
3. Vinculação das ações de comunicação propostas pela licitante para o desafio de comunicação exposto no Briefing.

4.3.1 Estratégia de comunicação - a licitante deverá apresentar informações que permitam à Comissão Especial de Licitação julgar sua proposta de acordo com os seguintes critérios:

- a) Pertinência das estratégias propostas para cada público de interesse;
- b) Consistência lógica das estratégias propostas em relação ao exposto no Briefing;
- c) Compreensão das oportunidades e riscos envolvidos;
- d) Adequação das mensagens de comunicação ao desafio de comunicação;
- e) Consistência das mensagens de comunicação em relação às estratégias propostas.

4.3.2 Plano de Comunicação - a licitante deverá apresentar informações que permitam à Comissão Especial de Licitação julgar sua proposta de acordo com os seguintes critérios:

- a) Pertinência dos instrumentos a serem utilizados;
- b) Exequibilidade das ações propostas frente ao período determinado;
- c) Adequação e consistência do plano de contingência em situação de crise;
- d) Capacidade da licitante de articular os objetivos expostos no Briefing com as políticas públicas a eles relacionadas;
- e) Adequação do cronograma de execução das ações;
- f) Adequação dos instrumentos de acompanhamento e controle da execução das ações propostas;
- g) Adequação da sistemática de avaliação de resultados proposta.

4.3.3 Vinculação das ações de comunicação propostas pela licitante para o desafio de comunicação exposto no Briefing com as diretrizes e políticas públicas da Contratante - a licitante deverá apresentar informações que permitam à Comissão Especial de Licitação julgar sua proposta de acordo com os seguintes critérios:

- a) Compreensão do papel da Contratante e de outros órgãos no tocante ao desafio de comunicação e das relações com a Contratante;
- b) Correlação de cada ação proposta com a(s) diretriz(es) e política(s) específica(s).

Quesito 3 – Relação Custo/Benefício

4.4 O Quesito 3 – Relação Custo/Benefício será composto por 2 (dois) subquesitos:

1. Compatibilidade entre as ações propostas e os valores designados para sua realização;
2. Maximização do custo/benefício na implementação do Plano de Comunicação.

4.4.1 Compatibilidade entre as ações propostas e os valores designados para sua realização - a licitante deverá apresentar o orçamento e informações que permitam à Comissão Especial de Licitação julgar sua proposta de acordo com os seguintes critérios:

- a) Adequação da verba indicada para a execução de cada ação proposta;

- b) Consistência e pertinência na aplicação dos recursos diante dos objetivos e ações propostos.

4.4.2 Maximização do custo/benefício na implementação do Plano de Comunicação - a licitante deverá apresentar informações que permitam à Comissão Especial de Licitação julgar sua proposta de acordo com os seguintes critérios:

- a) Otimização dos recursos financeiros destinados para cada ação proposta;
- b) Consistência e pertinência na aplicação dos recursos diante dos objetivos de comunicação expostos no Briefing e das ações propostas.

Quesito 4 – Capacidade de Atendimento

4.5 O Quesito 4 – Capacidade de Atendimento será composto por 5 (cinco) subquestitos:

1. Principais clientes;
2. Qualificação;
3. Estrutura física;
4. Atendimento;
5. Experiências de referência da licitante.

4.5.1 Principais clientes – a licitante deverá apresentar informações compostas de relação nominal dos clientes atendidos, atuais e passados, com indicação do início de atendimento de cada um deles e a especificação detalhada do objeto do contrato, que serão julgadas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Porte, tradição e conceito dos clientes atuais da licitante;
- b) Conceito dos produtos e serviços de seus clientes privados no mercado ou relevância da atuação de seus clientes públicos na sociedade.

4.5.2 Qualificação – a licitante deverá apresentar informações compostas de currículo resumido (no mínimo, nome, formação e experiência) dos profissionais que atuam como responsáveis técnicos da empresa, discriminados por áreas de atividade, que serão julgadas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Experiência dos profissionais da licitante que seja relevante para a promoção de entes públicos ou privados;
- b) Adequação das qualificações e das quantificações desses profissionais à estratégia a ser implementada pela Contratante.

4.5.3 Estrutura física – a licitante deverá apresentar informações compostas de descrição das instalações, infraestrutura e recursos materiais utilizados pela empresa, que serão julgadas de acordo com o critério: Adequação das instalações, da infraestrutura e dos recursos materiais que estarão à disposição da execução do contrato.



4.5.4 Atendimento - a licitante deverá apresentar informações compostas de descrição da sistemática de atendimento, meios e processos a serem adotados no relacionamento entre a contratada e a contratante, que serão julgadas de acordo com o critério: Operacionalidade do relacionamento entre a Contratante e a licitante.

4.5.5 Experiências de referência da licitante – a licitante deverá apresentar informações compostas de descrição de soluções de comunicação propostas por ela e implementadas por seus clientes em situações de reposicionamento de conceito, que serão julgadas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Consistência das relações de causa e efeito entre o problema ou desafio de comunicação e a solução proposta;
- b) Relevância dos resultados apresentados;
- c) Soluções mencionadas na alínea “a” que sejam passíveis de replicação pela Contratante na solução do desafio de comunicação exposto no Briefing e/ou na execução do contrato.

4.5.5.1 Para atender o disposto subitem 4.5.5, devem ser observadas as seguintes disposições:

- a) Deverão ser apresentados 2 (dois) relatos, de até 5 (cinco) páginas cada (incluído o referendo), elaborados em papel timbrado da licitante, com a indicação do nome, cargo ou função e assinatura do representante da licitante.
- b) Os relatos deverão estar formalmente referendados pelos respectivos clientes, na última página, na qual constarão o nome empresarial do cliente, o nome e o cargo ou função, assinatura do signatário.
- c) Os relatos deverão envolver, necessariamente, indicação dos serviços de planejamento e de execução de atividades de comunicação, diferentes públicos atingidos e ferramentas de comunicação utilizadas.

4.5.5.2 As soluções escolhidas deverão ter sido desenvolvidas nos últimos 3 (três) anos, a contar da publicação deste Edital, e não poderão se referir a serviços prestados pela licitante à Contratante.

4.5.5.3 Os 2 (dois) relatos deverão ser compostos pelos seguintes itens:

- a) Exposição do desafio ou do problema a ser resolvido;
- b) Complexidade e dificuldade enfrentada para a solução do desafio ou problema;
- c) Planejamento de comunicação; e
- d) Resultados obtidos.

5. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E PONTUAÇÃO

5.1 As informações apresentadas referentes aos quesitos 1, 2, 3 e 4 serão analisadas e julgadas de acordo com os seguintes critérios, os quais totalizarão, no máximo, 100 (cem) pontos:

QUESITO 1	PONTUAÇÃO MÁXIMA 25 PONTOS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
Raciocínio Básico	25	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão da situação e do contexto expostos no Briefing; • Entendimento sobre o desafio de comunicação exposto no Briefing; • Apresentação de conexão dos objetivos escolhidos com o(s) público(s) escolhido(s);

QUESITO 2	SUBQUESITOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA 35 PONTOS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
Solução de Comunicação	1) Estratégia de comunicação.	15	<ul style="list-style-type: none"> • Pertinência das estratégias propostas para cada público de interesse; • Consistência lógica das estratégias propostas em relação ao exposto no Briefing ou nos outros meios de informação descritos no item 5 do Apêndice I; • Compreensão das oportunidades e riscos envolvidos; • Adequação das mensagens de comunicação ao desafio de comunicação; • Consistência das mensagens de comunicação em relação às estratégias propostas.

	2) Plano de Comunicação.	15	<ul style="list-style-type: none"> • Pertinência dos instrumentos a serem utilizados; • Adequação do cronograma de execução das ações; • Adequação dos instrumentos de acompanhamento e controle da execução das ações propostas; • Adequação da sistemática de avaliação de resultados proposta.
	3) Vinculação das ações de comunicação propostas pela licitante para o desafio de comunicação exposto no Briefing com as diretrizes da contratante.	05	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão do papel da Contratante e de outros órgãos no tocante ao desafio de comunicação e das relações com a Contratante; • Correlação de cada ação proposta com a(s) diretriz(es) e política(s) específica(s).

QUESITO 3	SUBQUESITOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA 10 PONTOS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
Relação Custo/ Benefício	1) Compatibilidade entre as ações propostas e os valores designados para sua realização.	05	<ul style="list-style-type: none"> • Adequação da verba indicada para a execução de cada ação proposta; • Consistência e pertinência na aplicação dos recursos diante dos objetivos e ações propostos.

	2) Maximização do custo/benefício na implementação do Plano de Comunicação.	05	<ul style="list-style-type: none"> • Otimização dos recursos financeiros destinados para cada ação proposta; • Consistência e pertinência na aplicação dos recursos diante dos objetivos de comunicação expostos no Briefing e das ações propostas.
--	---	----	---

QUESITO 4	SUBQUESITOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA 30 PONTOS	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
Capacidade de Atendimento	1) Principais clientes.	06	<ul style="list-style-type: none"> • Porte, tradição e conceito dos clientes atuais da licitante; • Conceito dos produtos e serviços de seus clientes privados no mercado ou relevância da atuação de seus clientes públicos na sociedade.
	2) Qualificação.	06	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência dos profissionais da licitante que seja relevante para a promoção de entes públicos ou privados; • Adequação das qualificações e das quantificações desses profissionais à estratégia a ser implementada pela Contratante.
	3) Estrutura física.	06	<ul style="list-style-type: none"> • Adequação das instalações, da infraestrutura e dos recursos materiais que estarão à disposição da execução do contrato.

	4) Atendimento.	06	<ul style="list-style-type: none"> Operacionalidade do relacionamento entre a Contratante e a licitante.
	5) Experiências de referência.	06	<ul style="list-style-type: none"> Consistência das relações de causa e efeito entre o problema ou desafio de comunicação e a solução proposta; Relevância dos resultados apresentados; Soluções mencionadas acima que sejam passíveis de replicação pela Contratante na solução do desafio de comunicação exposto no Briefing e/ou na execução do contrato.

6. CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

6.1 Para estabelecimento da pontuação de cada quesito/subquesito analisado deverá ser considerado o grau de atendimento ao exigido no edital, conforme o quadro:

GRAU DE ATENDIMENTO	PERCENTUAL DA PONTUAÇÃO RECEBIDO
Ótimo	100%
Bom	75%
Regular	50%
Insuficiente	25%
Não atendeu ou não apresentou	0%

7. ANÁLISE E JULGAMENTO

7.1 As Propostas Técnicas serão analisadas e julgadas pela Comissão Especial de Licitação, que verificará o atendimento do disposto neste Apêndice.

7.2 A pontuação de cada proposta corresponderá à soma dos pontos atribuídos aos quesitos Raciocínio Básico, Solução de Comunicação, Relação Custo/Benefício e Capacidade de Atendimento.

7.3 A pontuação do quesito corresponderá à média aritmética dos pontos de cada membro da Comissão Especial de Licitação.

7.4 As licitantes serão classificadas de acordo com a pontuação obtida por sua Proposta Técnica.

7.5 Será desclassificada a Proposta Técnica que incorrer em qualquer uma das situações:

- a) Não alcançar **70% (setenta por cento)** da pontuação máxima;
- b) Não atender as exigências elencadas no item 2;
- c) Obter nota zero em qualquer dos quatro quesitos da Proposta Técnica.

7.6 Em caso de empate será considerada como classificada em primeiro lugar a licitante que tiver obtido a maior pontuação, sucessivamente, nos quesitos 4, 2, 1 e 3.

7.7 Persistindo o empate, a decisão será feita por sorteio a ser feito em ato público marcado pela comissão de licitação.

7.8 A Comissão Especial de Licitação elaborará relatório circunstanciado com as justificativas da pontuação atribuída às licitantes para cada um dos quatro quesitos da Proposta Técnica.

7.9 A Comissão Especial de Licitação encaminhará à comissão de licitação o resultado da análise e julgamento das Propostas Técnicas, que dará sequência aos procedimentos estabelecidos no instrumento convocatório.



APÊNDICE III

ENTREGA, FORMA DE APRESENTAÇÃO, ELABORAÇÃO, ANÁLISE E VALORAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

1. ENTREGA

1.1 Os documentos integrantes da Proposta de Preços deverão ser entregues acondicionados no **Envelope C**.

2. FORMA DE APRESENTAÇÃO

2.1 A licitante deverá apresentar sua Proposta de Preços:

- a) em caderno único, em papel que identifique a licitante, ter suas páginas numeradas sequencialmente e ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras;
- b) datada e assinada por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

2.2 Em data e horário a serem fixados, ocorrerá a abertura dos envelopes das Propostas de Preços, cujo conteúdo será rubricado pela comissão e pelas licitantes que se interessarem, sendo na mesma oportunidade objeto de apreciação por todos, de tudo lavrando-se ata.

3. ELABORAÇÃO

3.1 A Proposta de Preços deverá ser elaborada conforme o modelo do Apêndice III-A, que deverá incluir tanto os valores relativos ao Apêndice III – B quanto os valores relativos ao Apêndice III - C, além de fixar o percentual (%) de honorários incidentes sobre os valores cobrados por terceiros com base nos valores máximos estimado na planilha do Apêndice III – D.

3.2 O prazo de validade da Proposta de Preços não pode ser inferior a 90 (noventa) dias, contado a partir da data limite fixada para entrega dos Documentos de Habilitação e das Propostas Técnicas e de Preços.

3.3 Os valores propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante e não lhe assistirá o direito de pleitear nenhuma alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4. ANÁLISE

4.1 Somente serão abertos os Envelopes C - Proposta de Preços das licitantes cujas Propostas Técnicas tenham sido classificadas, na forma do item 8.14 do Edital.

4.2 A Comissão Especial de Licitação verificará a correção do preenchimento, pela licitante, das informações apresentadas na sua Proposta de Preços, conforme modelo do Apêndice III-A.

4.3 Se houver divergência entre os percentuais (%) expressos em algarismos e os expressos por extenso, a Comissão Especial de Licitação considerará os percentuais por extenso.

4.4 Será desclassificada a Proposta de Preços que apresentar informações baseadas em outra proposta, que contiver qualquer item condicionante para a execução do objeto contratual, que não contiver alguma das informações solicitadas, ou que for considerada inexecutável pela CEL, observada a legislação aplicável.

5. VALORAÇÃO

5.1 Os percentuais das Propostas de Preços serão tratados de forma individualizada para apuração das condições mais vantajosas para a Administração.

5.1.1 Será considerada vencedora do certame a licitante que tenha sido mais bem classificada no julgamento das Propostas Técnicas e tenha apresentado a menor Proposta de Preços, considerando que o julgamento das propostas se dará em conformidade com o tipo de Licitação técnica e preço, correspondendo 60% a técnica e 40% a preço.



APÊNDICE III-A
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(papel timbrado da licitante)

A

Agência Nacional de Saúde Suplementar

A/C Comissão de Licitação

Concorrência nº XX/XXXX

- a) Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do Projeto Básico para contratação de empresa especializada – Agência de Comunicação – na prestação de consultoria, administração de crises e assessoria de comunicação, para suprir a demanda da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, conforme especificações e condições constantes no Projeto Básico,
- b) Propomos executar o objeto desta licitação, sob nossa integral responsabilidade, pelo valor total de R\$ _____
(_____). Tal valor inclui tanto os valores relativos ao Apêndice III – B, como da planilha do Apêndice III – C, sendo todos os serviços pagos pelo efetivamente executado.
- c) Considerando os valores máximos estimados na planilha do Apêndice III – D, o valor percentual a ser pago a título de honorários quando tais serviços forem fornecidos por terceiros será de _____%(_____).
- d) A proposta tem validade de _____ (_____ dias).
- e) Os preços propostos contemplam todas as despesas necessárias à plena execução do serviço objeto desta licitação, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.
- f) Desde já declaramo-nos cientes de que a ANS procederá à retenção de tributos e contribuições nas situações previstas em lei.
- g) Declaro ainda que no preço ofertado estão incluídos todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento do objeto.

[Informações sobre a licitante]

Nome empresarial:
Endereço:
CEP:
CNPJ:
Inscrição Estadual ou Municipal:
Banco:
Agência:
Conta corrente:

<local>, <data>.

<nome completo da licitante, nome e assinatura
do(s) seu(s) representante(s) legal(is)>

APÊNDICE III – B

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

	Nº Processo	
	Licitação Nº	

Dia ____/____/____ às ____:____ horas

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)	Quantidade de Horas Estimadas ao mês
Coordenador	Posto de Trabalho	1	
Profissional de Comunicação Social Sênior	Posto de Trabalho	1	
Profissional de Comunicação Social Pleno	Posto de Trabalho	2	
Profissional de Comunicação Digital Pleno	Posto de Trabalho	1	
Designer pleno	Posto de Trabalho	2	
Publicitário pleno	Posto de Trabalho	1	

A planilha de formação de custos deve considerar a jornada de 40h semanais, sendo que a adequação ao cálculo do homem/hora será feito ao final.

Mão-de-obra vinculada à execução contratual

Obs.: esta planilha deve ser preenchida separadamente para cada tipo de serviços acima.

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	



4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	
---	--------------------------------------	--

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	
B	Outros (especificar)	
	Total da Remuneração	

MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

2	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica etc.)	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
	Total de Benefícios mensais e diários	

Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS

3	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
	Total de insumos diversos	

MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:

4.1	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS		
B	SESI ou SESC		
C	SENAI ou SENAC		
D	INCRA		
E	Salário Educação		
F	FGTS		
G	Seguro acidente do trabalho		
H	SEBRAE		
	TOTAL		

Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração.

Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º Salário	
B	Adicional de Férias	
Subtotal		
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	
TOTAL		

Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade

4.3	Afastamento Maternidade:	Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade	
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	
TOTAL		

Submódulo 4.4 – Provisão para Rescisão

4.4	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	
TOTAL		

Submódulo 4.5 – Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
A	Férias	
B	Ausência por doença	
C	Licença paternidade	
D	Ausências legais	
E	Ausência por Acidente de trabalho	
F	Outros (especificar)	
Subtotal		
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição	
TOTAL		

Quadro-resumo – Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas

4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R\$)
4.1	13º salário + Adicional de férias	
4.2	Encargos previdenciários e FGTS	
4.3	Afastamento maternidade	
4.4	Custo de rescisão	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	
4.6	Outros (especificar)	
TOTAL		



MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Tributos		
	B1. Tributos Federais (especificar)		
	B.2 Tributos Estaduais (especificar)		
	B.3 Tributos Municipais (especificar)		
	B.4 Outros tributos (especificar)		
C	Lucro		
	TOTAL		

Nota (1): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

Quadro-resumo do Custo por Empregado

	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	(R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários	
C	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas	
	Subtotal (A + B +C+ D)	
E	Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro	
	Valor total por empregado	

Cálculo do Valor do Homem/Hora

Mão de Obra (1)	Valor Total por Empregado (2)	Produtividade Mensal (3)	Homem/Hora (4)
Coordenador	R\$		R\$
Profissional de Comunicação Social Sênior	R\$		R\$
Profissional de Comunicação Social Pleno	R\$		R\$
Profissional de Comunicação Digital Pleno	R\$		R\$
Designer Pleno	R\$		R\$
Publicitário Pleno	R\$		R\$

- (1) Cargo a ser cotado.
- (2) Valor Mensal Proposto conforme planilha de formação de custo
- (3) Horas consideradas produtivas no mês, de forma estimada
- (4) Divisão do valor total por empregado pela produtividade

APÊNDICE III-C
PLANILHA ANUAL DE PREÇO PARA EXECUÇÃO DOS PRODUTOS

Proposta de preço dos produtos precificados a serem executados pela licitante:

	PRODUTOS	UNIDADE DA MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA ANO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.1	Desenvolvimento de estratégia de comunicação.	valor unitário	4		
1.2	Media Training para grupos	valor unitário	5		
1.3	Media Training Individual	valor unitário	5		
1.4	Preparação para audiências públicas	valor unitário	5		
1.5	Análise de mídia – mensal	por relatório	12		
1.6	Análise de mídia – temas específicos	por relatório	12		
1.7	Revisão de textos	por lauda jornalística - 2.170 caracteres	500 laudas		
1.8	Cobertura fotográfica	por evento	12		
Valor total					

Declaramos estarmos ciente que dos valores propostos para estas despesas, quando os mesmos forem executados, o pagamento limitar-se-á em 10% (dez por cento) do valor total contratado, conforme previsto no item 4.5 do Projeto Básico.

Declaramos ainda estarmos ciente que o valor proposto deve considerar os produtos fornecidos diretamente pela proponente licitante ou por terceiros, devendo estar incluído, nesse último caso, os honorários limitados em 10% (dez por cento).

<local>, <data>.

 <nome completo da licitante, nome e assinatura
 do(s) seu(s) representante(s) legal(is)>



APÊNDICE III-D
ESTIMATIVA ANUAL DE EXECUÇÃO DOS PRODUTOS

Tabela de valor máximo de referência estimado para execução dos produtos:

	PRODUTOS	UNIDADE DA MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA ANO	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO MÁXIMO (R\$)
1.1	Desenvolvimento de estratégia de comunicação.	valor unitário	4	R\$ 32.000,00	R\$ 128.000,00
1.2	Media Training para grupos	valor unitário	5	R\$ 40.000,00	R\$ 200.000,00
1.3	Media Training Individual	valor unitário	5	R\$ 32.000,00	R\$ 160.000,00
1.4	Preparação para audiências públicas	valor unitário	5	R\$ 23.000,00	R\$ 115.000,00
1.5	Análise de mídia – mensal	por relatório	12	R\$ 46.500,00	R\$ 558.000,00
1.6	Análise de mídia – temas específicos	por relatório	12	R\$19.500,00	R\$ 234.000,00
1.7	Revisão de textos	por lauda jornalística - 2.170 caracteres	500 laudas	R\$ 170,00	R\$ 85.000,00
1.8	Cobertura fotográfica	por evento	12	R\$ 4.250,00	R\$ 51.000,00
Valor total estimado					R\$ 1.531.000,00

APÊNDICE IV
TABELA DE ESTIMATIVA DE VALORES DE REFERÊNCIA PARA DESLOCAMENTOS
POR ANO

Estado	Desloc/ano	Média de Valor da passagem (ida e volta) [R\$]*	Valor passagem (total) [R\$]	Valor diária (dois dias) [R\$]	Valor diária (total) [R\$]	Valor anual (total passagem + total diária) [R\$]
Belém	1	1.071,00	1.071,00	305,2	305,2	1.376,20
B.Horizonte	2	326,75	653,50	214	428	1.081,50
Brasília	10	363,4	3.634,00	238	2380	6.014,00
Cuiabá	1	752,75	752,75	250	250	1.002,75
Curitiba	1	292,25	292,25	177,34	177,34	469,59
Fortaleza	1	910,50	910,50	185,67	185,67	1.096,17
Recife	2	712,25	1.424,50	358,67	717,34	2.141,84
Rib.Preto	1	528,25	528,25	234,25	234,25	762,50
Salvador	2	567	1.134,00	224,5	449	1.583,00
São Paulo	10	352,75	3.527,50	299,34	2993,4	6.520,90
P.Alegre	2	382,75	765,50	461,34	922,68	2.285,60
TOTAL	33	7.490,16	16.927,21	4.625,60	14.183,60	24.334,05

- Pesquisa realizada em 09 de março de 2016, no sítio SkyScanner, para viagens entre os dias 12 e 14 de abril de 2016, médias das companhias aéreas e hotéis próximos aos núcleos da ANS.



APÊNDICE V
MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO – OS

OS / Nº ____/20____/GCOMS/PRESI

Data da emissão: ____/____/20____.

DO CONTRATO

CONTRATO Nº:
PROCESSO Nº:

DO CONTRATANTE

GESTOR FISCAL:
TELEFONE:

DA CONTRATADA

EMPRESA:
REPRESENTANTE:
TELEFONE:

1. APRESENTAÇÃO

A Gerência de Comunicação Social da Agência Nacional de Saúde Suplementar (GCOMS) apresenta, por meio deste documento, a solicitação de serviços a serem executados durante o mês de _____ de 20____.

2. DOS SERVIÇOS A SEREM FORNECIDOS

2.1. Serviços

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PERÍODO DA EXECUÇÃO

3. DO VALOR TOTAL ESTIMADO PARA EXECUÇÃO DESTA O.S.

R\$ _____, ____ (_____)

4. INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

5. DA APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DA O.S.

CONTRANTE	CONTRATADA
O.S Aprovada por:	Responsável pela execução da O.S.:
_____	_____
Nome/Cargo	Nome/Cargo

6. DA APROVAÇÃO DOS SERVIÇOS

Aprovo o fornecimento dos serviços desta O.S., conforme relatórios anexos apresentados pela contratada.

Nome/Cargo



APÊNDICE VI
CORRELAÇÃO ENTRE PERFIS PROFISSIONAIS E ÁREAS DE ATUAÇÃO

ÁREA D E ATUAÇÃO	SERVIÇOS PROFISSIONAIS	UNIDADES DE MEDIDA	QTD TOTAL A CONTRATAR EM FUNÇÃO DA UNIDADE DE MEDIDA	QTD ESTIMADA DE HOMEM-HORA POR MÊS
Jornalismo	Profissional de Comunicação sênior	Posto de trabalho (160h)	1	160
	Profissional de Comunicação pleno	Posto de trabalho (160h)	2	320
Redes Sociais	Profissional de Comunicação pleno	Posto de trabalho (160h)	1	160
Publicidade	Publicitário pleno	Posto de trabalho (160h)	1	160
Design	Design Pleno	Posto de trabalho (160h)	2	320
Coordenação	Coordenador	Posto de trabalho (160h)	1	160

APÊNDICE VII
PESQUISA DE MERCADO REALIZADA PELA ANS



PESQUISA

Dezembro / 2016

Metodologia da pesquisa

- Método: Pesquisa quantitativa.
- Coleta de dados: Entrevistas online, inicialmente disfarçadas (a partir de certo ponto, as questões passaram a ser relacionadas à ANS).
- Período de coleta: 18 de agosto a 02 de setembro / 2016.
- Público alvo: população brasileira residente em todos os estados do Brasil, homens e mulheres entre 25 e 70 anos, com renda familiar superior a 2 salários mínimos.
- Amostra total coletada: 2.157 entrevistas em todos os estados do Brasil – Margem de erro < 2,5PP – Confiança 95%.
- Os dados foram ponderados de modo a garantir a representatividade da população residente nas capitais e municípios do interior dos estados.

Objetivos de estudo

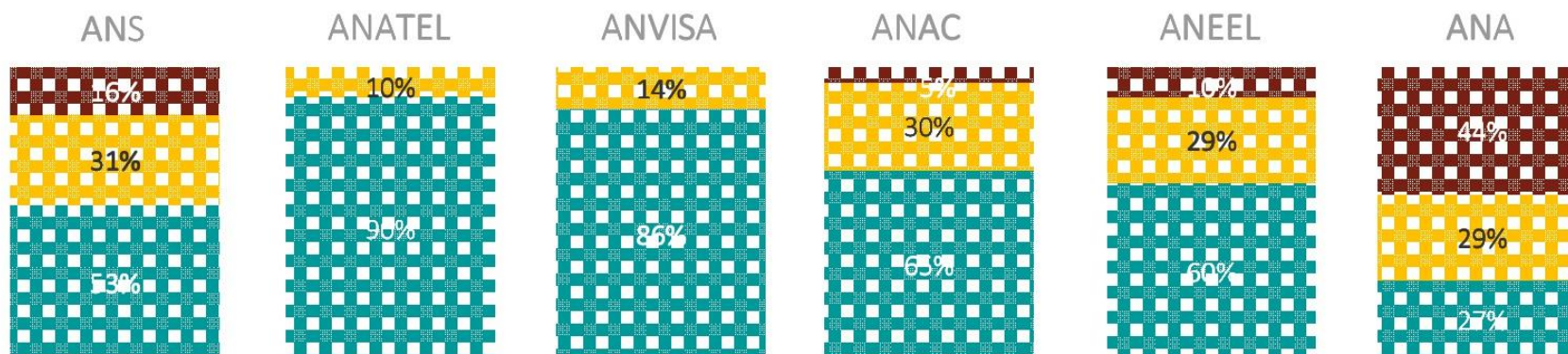
Avaliar o nível de conhecimento, posicionamento e imagem da ANS, incluindo:

- Grau de conhecimento da ANS e suas atribuições;
- Como a ANS é percebida pela população;
- Posicionamento da ANS frente a outras agências reguladoras;
- Principais dúvidas do consumidor sobre os planos de saúde;
- Grau de conhecimento dos consumidores sobre seus direitos e deveres no que diz respeito à contratação de planos de saúde;
- Como a decisão de compra está sendo realizada;
- Avaliação dos serviços ofertados pelos planos de saúde no Brasil.

Agências Reguladoras | Conhecimento declarado

Você conhece ou já ouviu falar da: ANATEL / ANVISA / ANAC / ANS / ANEEL / ANA?

Anatel e Anvisa são as agências (siglas) mais conhecidas. A ANS só é mais conhecida que a ANA.



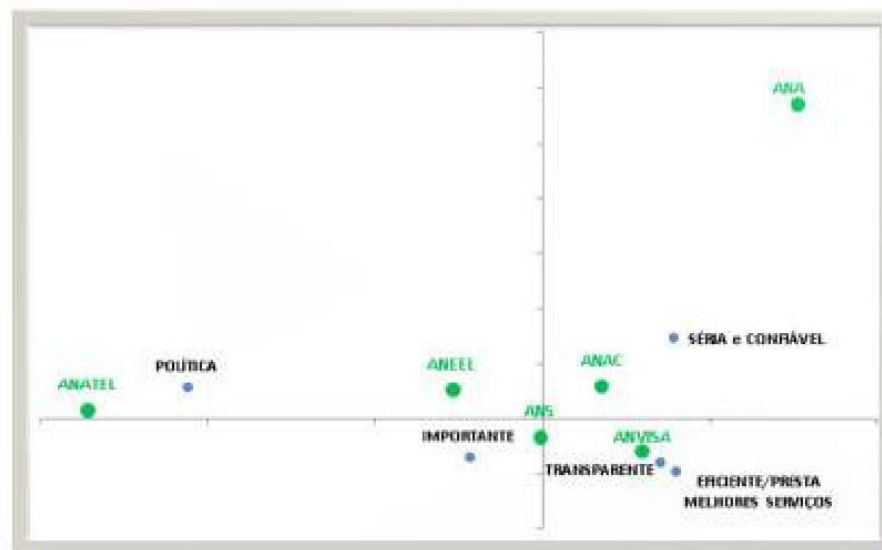
- Nunca ouviu falar
- Conhece pouco ou só de ouvir falar
- Conhece (bem/razoavelmente bem)

Agências Reguladoras | Posicionamento

Com base no que você conhece ou já ouviu falar das agências, órgãos ou instituições a seguir, qual delas você considera:

* Apenas para quem conhece a ANS, mesmo que só de ouvir falar

Dentre a base de respondentes que conhece a ANS, ainda que só de ouvir falar, a ANVISA é a agência com melhor imagem e a ANATEL, a pior. A ANS apresenta imagem/posicionamento difuso, não se destacando em nenhum atributo específico – ainda não tem personalidade.



BASE: 1996

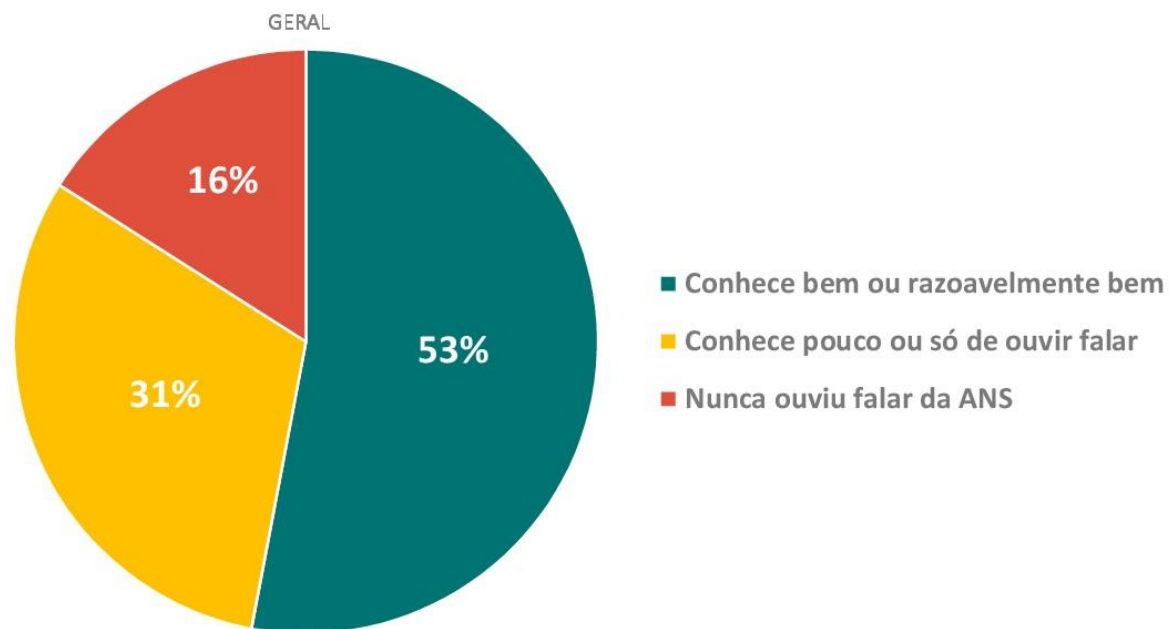
ANS Agência Nacional de Saúde Suplementar



ANS | Conhecimento declarado

Você conhece ou já ouviu falar da: ANS?

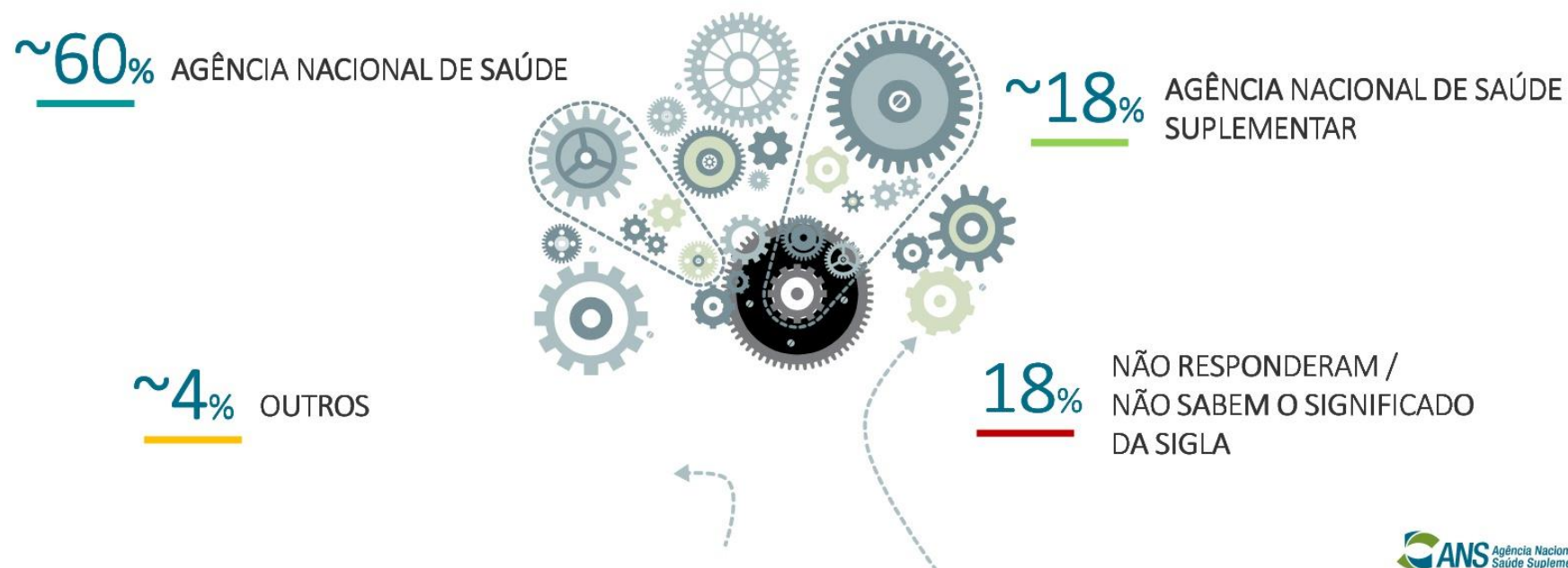
Pouco mais da metade dos respondentes afirma conhecer bem ou razoavelmente bem a ANS (sigla). Correlação conhecimento x classe de renda. Possuidores de planos conhecem mais.



Sigla ANS | Conhecimento do significado

Você sabe o que quer dizer a sigla ANS? Apenas para quem conhece a ANS, mesmo que só de ouvir falar

Dentre os que afirmam conhecer a ANS, ainda que só de ouvir falar, **~60% entendem a sigla como “Agência Nacional de Saúde”** e apenas 18% conhecem a definição correta – provavelmente em razão da supressão da letra ‘s’ na sigla, referente a ‘suplementar’. Ser conhecida como uma ‘agência de saúde’ faz com que os consumidores tendam a associar à ANS atribuições fora do desígnio e responsabilidade da Agência.



Sigla ANS | Conhecimento do Significado Espontânea

Você sabe o que quer dizer a sigla ANS? Apenas para quem conhece a ANS, mesmo que só de ouvir falar

DESCRIÇÃO ESPONTÂNEA	%
AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE	60%
AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR	18%
AGÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA	1%
AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE COMPLEMENTAR	1%
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE	<1%
AGÊNCIA NACIONAL SANITÁRIA	<1%
AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS	<1%
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE	<1%
AGÊNCIA NACIONAL	<1%
AGÊNCIA NACIONAL DE SERVIÇOS	<1%
AGENTE NACIONAL DE SAÚDE	<1%
ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	<1%
ASSOCIAÇÃO NOSSA SEGURANÇA	<1%
ASSISTÊNCIA NACIONAL À SAÚDE	<1%
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SISTEMAS	<1%
AGÊNCIA NACIONAL DE SEGUROS	<1%
AGÊNCIA DE SAÚDE	<1%
AGÊNCIA NACIONAL DE SANEAMENTO	<1%
AGÊNCIA NACIONAL DE SEGUROS	<1%
SAÚDE COMPLEMENTAR	<1%
ACADEMIA NACIONAL	<1%
ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE	<1%
NÃO SABE O SIGNIFICADO	18%
TOTAL	100%

ANS | Principal Função Espontânea

Pelo seu conhecimento ou baseado em o que você já ouvir falar, qual é a PRINCIPAL FUNÇÃO ou ATRIBUIÇÃO da ANS? (Espontânea)



Plano de saúde

48% Regular

(controlar, fiscalizar, verificar)



Saúde

(sem menção a planos)

29% Regular a saúde GERAL (pública e privada)

(controlar, fiscalizar, verificar)

2% Regular a saúde pública

1% Regular a saúde privada



Medicamentos

3% Regular

(controlar, fiscalizar, verificar)

48% dos respondentes compreendem a real atribuição da ANS – regular planos de saúde.

29% acreditam que a agência é responsável pela ‘saúde’ de uma forma geral, enquanto 3% a associam à regulação de medicamentos.

20% Não sabem / não responderam

Logomarca ANS | Recall e conhecimento

Esta é a logomarca da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar (logomarca exibida). Você já conhecia ou lembra de ter visto esta logomarca em alguma ocasião?

Embora 64% afirmem ter visto a logomarca da ANS em pelo menos uma ocasião, o restante afirma nunca ter tido contato com a mesma.

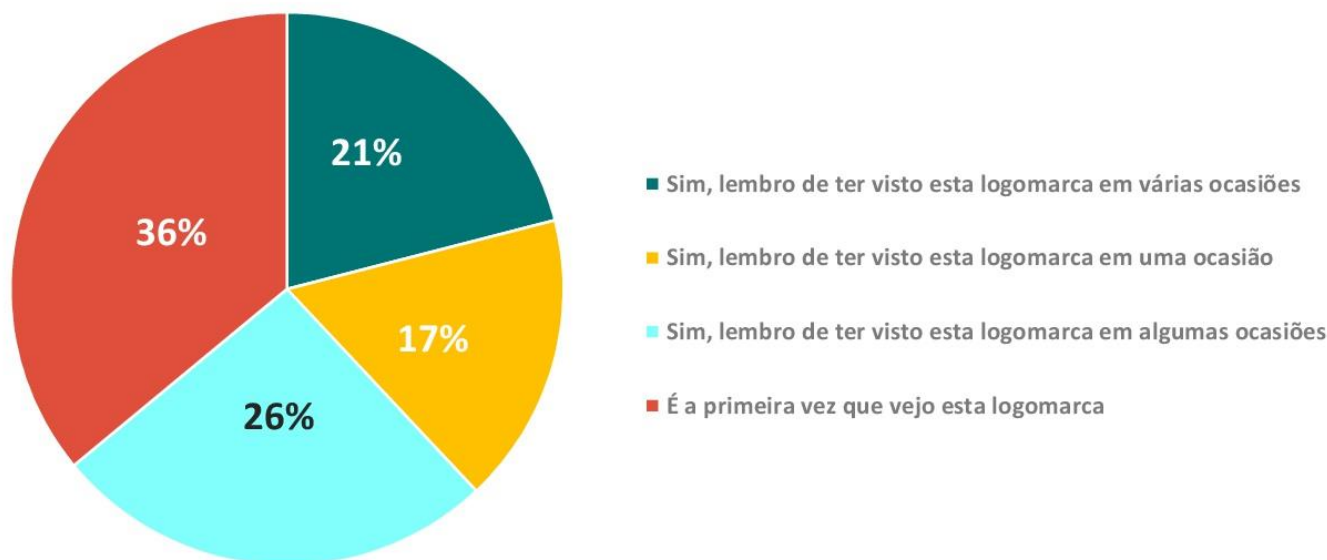


Imagem ANS | Resumo

De acordo com o que você sabe ou já ouviu falar da ANS, o quanto você concorda ou discorda com a frase:



Na avaliação de atributos de imagem após estímulo do conceito da ANS, fica claro o reconhecimento da importância da Agência e da sua representatividade na defesa dos interesses da população.

Entretanto, atributos como “seriedade”, “transparência” e “eficiência” são pouco associados à Agência:

IMAGEM DIFUSA DA MARCA



RUÍDOS SOBRE ATRIBUIÇÕES
(ônus sobre ações que não são de responsabilidade da ANS)

Principais resultados

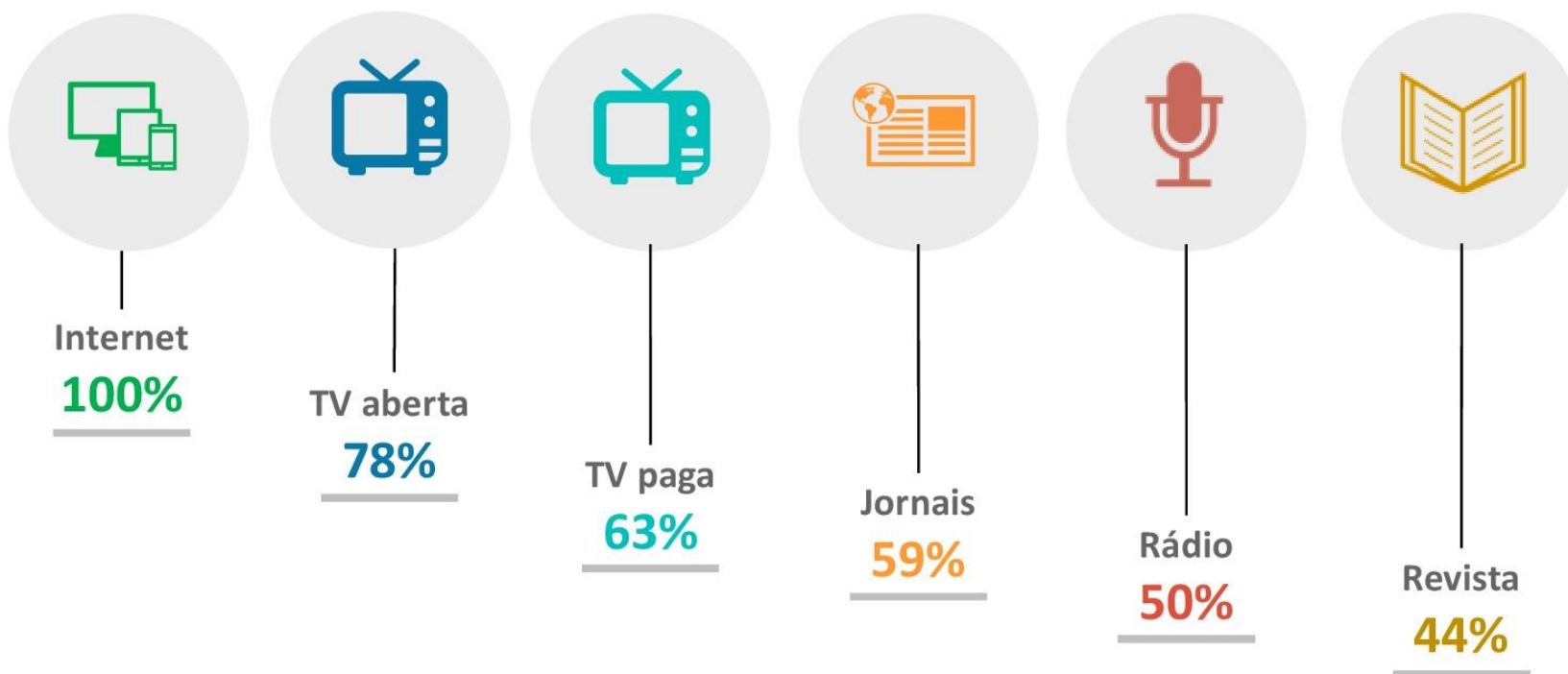
- Entre as 6 agências avaliadas, a **ANS é a 5ª mais conhecida**. Pouco mais de 50% afirmam conhece-la bem ou razoavelmente bem e pouco mais de 15% afirmam não saber o que é. ANATEL e ANVISA mostram-se as mais conhecidas e a ANA a menos conhecida.
- No posicionamento entre as agências, a **ANVISA** apresenta-se como a mais importante, mais séria e confiável, mais transparente e eficiente. **É a mais bem posicionada entre as Agências avaliadas.**
- De forma oposta e apesar de estar no mesmo patamar de conhecimento da ANVISA, a **ANATEL** é percebida como a menos séria e confiável, a menos transparente, menos eficiente e a mais política. **É a pior posicionada entre as Agências avaliadas, apresentando imagem deteriorada.**
- A **ANS** apresenta posicionamento difuso, oriundo do **menor conhecimento**, da **superficialidade** e até mesmo da visão **distorcida** das reais atribuições da agência. Não é a melhor nem a pior em nenhum atributo, fato que permite à mesma construir uma imagem positiva e se posicionar adequadamente através de uma comunicação focada.

Principais resultados

- O estudo mostra que o **conhecimento** acerca da ANS, sua área de atuação, sua vinculação, seu escopo de atuação, é **bem difuso**. Vejamos:
- O nível de conhecimento da ANS está correlacionado com a classe social (mais alta = maior conhecimento) apresentando maior incidência entre os portadores de planos de saúde (58% x 45%), sendo menor nas regiões Sul e Centro-Oeste, com poucas variações entre as faixas etárias e gêneros.
- Agência Nacional de Saúde é a definição mais incidente para a ANS (60% de quem disse que a conhece). **Menos de 20% a definem corretamente** - Agência Nacional de Saúde Suplementar. 18% de quem afirma a conhecer, mesmo que superficialmente, não sabe o que ANS significa.
- Pouco mais da metade afirma conhecer a Agência Nacional de Saúde Suplementar sendo que **pouco mais de 20% acredita saber efetivamente o que é e o que ela faz** (auto avaliação).
- De forma espontânea, quase metade cita corretamente a **regulação dos planos de saúde** como a principal função ou atuação da ANS. Quando são estimulados, a fragilidade do conhecimento vem a tona, sendo atribuído à agência funções inadequadas.

Hábitos de mídia | meios de comunicação que utiliza para se informar

Quais desses meios de comunicação você utiliza para se informar? Marque todos que você utiliza, em ordem de importância/frequência de uso.



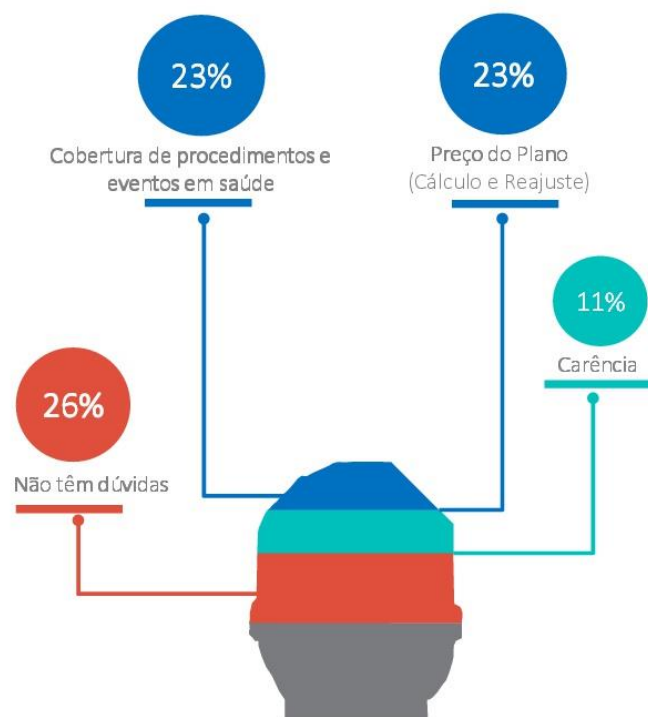
*Respostas Múltiplas – não fecha 100%

BASES: 2157

Hábitos de mídia

- Os meios de comunicação mais utilizados pelos participantes do estudo são a **Internet** (citado pela totalidade dos entrevistados sendo que o estudo foi realizado *on line*), **TV Aberta** (~80%), **TV paga** (> 60%), **Jornais** (~60%), **Rádio** (50%) e **Revistas** (>40%).
- **Google** mostra-se o site de busca mais acessado (quase 100%). Destacam-se também a **Wikipédia** e o **Yahoo** (~15%).
- **G1**, **Globo.com** são os portais de notícias mais acessados (~50%), seguidos por **UOL** (~40%), **Yahoo** e **Terra** (~20%) e **IG** (<10%).
- Redes Sociais são muito acessadas, sendo o **Facebook** o destaque (>85%). **WhatsApp** também se destaca (>65% sendo mais presente em SmartPhones). Outras redes também mostram-se relevantes, mas com penetração próxima ou inferior a 20%.

Plano de saúde | Principais dúvidas



A tríade
Cobertura + Preço do plano + Carência
é citada como a principal fonte de dúvidas dos respondentes sobre planos de saúde, independente de possuírem ou não convênio particular.

Plano de Saúde | Canais mais acessados para esclarecer dúvidas

Quando você tem dúvidas sobre o seu plano de saúde, você recorre a quem ou a quê? Marque as 2 opções mais utilizadas?

50% Site da operadora

40% Call center da operadora

27% A própria empresa (pl. empresarial)

25% Manual /contrato do plano



18% Site de buscas

11% Consultor/vendedor | **11%** Parentes/amigos/colegas

10% ANS

6% Redes Sociais



Considerações

Alguns insights e considerações:

- O momento para as agências reguladoras não é bom, uma vez que são vinculadas de alguma forma ao Governo e este tem sido bombardeado negativamente pela mídia – passa por um péssimo momento.
- A percepção sobre a ANS não é positiva por:
 - ser **pouco conhecida** e o conhecimento ser superficial e divergente da função real;
 - **não ter clara as suas funções** gerando expectativa superior a suas atribuições;
 - estar intimamente **ligada a saúde**, percebida de forma muito negativa no Brasil.

Mídias sociais

Obrigado!



Disque ANS
0800 701 9656



Central de
Atendimento
www.ans.gov.br



Atendimento pessoal
12 Núcleos da ANS.
Acesse o portal e
confira os endereços.



Atendimento
exclusivo para
deficientes auditivos
0800 021 2105



[ans.reguladora](https://www.facebook.com/ans.reguladora)



[@ANS_reguladora](https://twitter.com/ANS_reguladora)



[ansreguladora oficial](https://www.youtube.com/ansreguladoraoficial)



Ministério da
Saúde



AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
CONCORRÊNCIA Nº 01/2016
Processo Administrativo nº 33902.533081/2016-91

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA), CNPJ/MF nº sediada
.....(endereço completo), declara, sob penas da Lei, que até a
presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação na Concorrência nº 01/2016, ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Rio de Janeiro, de de 2017.

(Nome e assinatura do representante da pessoa jurídica)
(número do CPF e identidade do declarante)
Empresa

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
CONCORRÊNCIA Nº 01/2016
Processo Administrativo nº 33902.533081/2016-91

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Declaração de Elaboração Independente de Proposta
Concorrência

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído da (Identificação completa da licitante) doravante denominada licitante, para fins do disposto no item (completar) do Edital da Concorrência nº **01/2016**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar dessa Concorrência foi elaborada de maneira independente pela licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar dessa Concorrência não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Concorrência quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar dessa Concorrência não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Concorrência antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar dessa Concorrência não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de



qualquer integrante do/a (órgão/entidade responsável pela licitação) antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data

(representante legal da licitante no âmbito da licitação, com identificação completa)

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
CONCORRÊNCIA Nº 01/2016
Processo Administrativo nº 33902.533081/2016-91

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHADOR MENOR

D E C L A R A Ç Ã O

(NOME DA EMPRESA), CNPJ/CGC nº, sediada, (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos. (conforme Lei nº 9.854/99).

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Local), de de 2017.

(Nome e assinatura do representante da pessoa jurídica)
(número do CPF e identidade do declarante)
Empresa



**AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
CONCORRÊNCIA Nº 01/2016**

Processo Administrativo nº 33902.533081/2016-91

**ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A
AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR E A
EMPRESA**

A **AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS**, Autarquia Especial, vinculada ao Ministério da Saúde, criada pela Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2.000, com sede na Avenida Augusto Severo, n.º84, Edifício Barão de Mauá, Glória, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 03.589.068/0001- 46, neste ato representado pelo Gerente Geral de Administração e Finanças, Sr. Washington Pereira Da Cunha, RG nº 106910656-IFP/RJ, inscrito no CPF nº 073.160.047-97, residente e domiciliado nesta cidade, designado pela Portaria nº 8.490, de 13 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 17 de outubro de 2016, Seção II, página 39, consoante a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 8.313, de 18 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 20 de julho de 2016, Seção II, página 35, do Diretor-Presidente da ANS, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 33902. 533081/2016-91e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas ulteriores alterações, dos Decretos nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, nº 6.555 de 08 de outubro de 2008, publicado no D.O.U. de 15 de outubro de 2008, nº 2.272, de 07 de julho de 1997, nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, com as alterações do Decreto nº 4.485, de 25/ de novembro de 2002, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência nº 01/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa de comunicação integrada para prestação de serviços de consultoria, planejamento estratégico, assessoria de imprensa, produção de conteúdo e comunicação digital, design gráfico e apoio publicitário.

1.2. Vinculam-se ao presente Contrato o Edital da Concorrência nº 01/2016 e seus anexos, bem como a proposta da Contratada, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação; e
- 2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

3.1. O A execução contratual dar-se-á por meio de prestação de serviços e fornecimento de produtos, demandados previamente pela CONTRATANTE, via Ordem de Serviço (OS), devendo ser executado pela CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE, ficando o faturamento sujeito às regras estipuladas da Cláusula Oitava.

3.2. Os serviços gerais estão divididos da seguinte forma:

3.2.1. Relações com a Mídia:

- 3.2.1.1. Atendimento diário às demandas da imprensa;
- 3.2.1.2. Organização de reuniões de pauta periódicas para identificação de possibilidades de exposição positiva;
- 3.2.1.3. Desenvolvimento de ações de contingência para temas sensíveis;
- 3.2.1.4. Organização e acompanhamento de entrevistas individuais, exclusivas e coletivas;
- 3.2.1.5. Organização de encontros entre porta-vozes da ANS e jornalistas estratégicos para a Agência;
- 3.2.1.6. Identificação de oportunidades para publicação de artigos de representantes da ANS e devido encaminhamento destes;
- 3.2.1.7. Produção e envio de releases, notas, sugestões de pauta, artigos e posicionamentos;
- 3.2.1.8. Entrevistas simuladas para porta-vozes sempre que necessário;
- 3.2.1.9. Desenvolvimento de textos para publicação no sítio da ANS.

3.2.2. Comunicação Interna

- 3.2.2.1. Apoio no desenvolvimento de canais para divulgação interna;
- 3.2.2.2. Desenvolvimento de campanhas para comunicação interna;
- 3.2.2.3. Atendimento às demandas internas referentes à divulgação de eventos da Agência;
- 3.2.2.4. Desenvolvimento de textos para publicação nos canais de divulgação da ANS.

3.2.3. Publicidade

- 3.2.3.1. Apoio no desenvolvimento das campanhas publicitárias da ANS;
- 3.2.3.2. Identificação de oportunidades para participação da ANS em eventos, seminários e outros canais para comunicação com públicos estratégicos externos.
- 3.2.3.3. Interface com a Secretaria de Comunicação Social e agência de publicidade para auxílio na elaboração da campanha.



3.2.4. Redes Sociais

- 3.2.4.1. Apoio no desenvolvimento de canais para divulgação externa;
- 3.2.4.2. Desenvolvimento de campanhas para comunicação externa;
- 3.2.4.3. Atendimento às demandas externas referentes à divulgação de eventos da Agência;
- 3.2.4.4. Atendimento às demandas externas referentes a questionamentos em geral, relacionados à Agência;
- 3.2.4.5. Desenvolvimento de textos para publicação nas mídias sociais.

3.2.5. Design

- 3.2.5.1. Criação, diagramação e programação visual dos materiais publicados pela ANS e campanhas de comunicação interna;
- 3.2.5.2. Apoio no desenvolvimento de canais para comunicação com públicos internos e externos;
- 3.2.5.3. Desenvolvimento de projetos de web design, incluindo conhecimentos de arquitetura da informação.

3.3. Os produtos são compreendidos em:

- 3.3.1. Media Training para grupos;
- 3.3.2. Media Training individual;
- 3.3.3. Preparação para audiências públicas;
- 3.3.4. Desenvolvimento de estratégia de comunicação;
- 3.3.5. Análise de mídia, mensal, incluindo relatório com gráficos sobre a presença da ANS na mídia com comparação de temas e evolução por período;
- 3.3.6. Análise de mídia dos principais veículos da mídia nacional e regional (cedidos pela ANS) para temas específicos;
- 3.3.7. Revisão de textos;
- 3.3.8. Cobertura fotográfica, incluindo cessão de imagens;

3.4. Os produtos e serviços serão prestados mediante solicitação formal da CONTRATANTE a ser registrada por meio de Ordem de Serviço específica.

3.5. Para execução dos serviços objeto deste Contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais próprios qualificados para desenvolverem as atividades relacionadas na Cláusula Terceira, nas quantidades e perfis descritos no item 6, do Anexo I – Projeto Básico.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO E DO LOCAL

4.1. A prestação dos serviços será executada de forma contínua e ininterrupta e dar-se-á de acordo com as necessidades e objetivos estratégicos da CONTRATANTE, diretamente pela CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE e também em sua sede, de acordo com a necessidade, interesse e conveniência da CONTRATANTE.

5. CLAÚSULA QUINTA - REEMBOLSO DE DESPESAS DE DESLOCAMENTOS

5.1. A critério da CONTRATANTE poderá ocorrer deslocamento e hospedagem a serviço. Nessa hipótese, a CONTRATADA proverá os meios de deslocamento e hospedagem dos técnicos designados, cujo custo será reembolsado pela CONTRATANTE.

5.2. O reembolso das despesas com deslocamento e hospedagem será efetuado, mediante prestação de contas, por meio de apresentação dos custos, com os comprovantes das despesas (passagens e recibo de hotéis).

5.3. As despesas de deslocamento e hospedagem deverão, obrigatoriamente, ser precedidas da apresentação de 3 (três) cotações.

5.4. Caso não haja possibilidade de apresentar 3 (três) cotações, a CONTRATADA deverá justificar, por escrito, o fato à CONTRATANTE.

5.5. A CONTRATADA obrigará-se a sempre buscar o menor preço com a melhor qualidade para a execução dos produtos e serviços.

5.6. Todas as despesas com deslocamento e hospedagem serão reembolsadas pelo valor líquido e sem incidência de honorários, mediante apresentação de nota de reembolso, acompanhada de planilha de prestação de contas contendo a descrição pormenorizada dos serviços executados, e dos comprovantes originais das despesas efetuadas.

5.7. Os comprovantes para reembolso serão constituídos de:

- a) Cotações de preços de passagens para o trecho solicitado;
- b) Comprovação de compra da passagem de menor preço;
- c) Comprovantes de embarque;
- d) Cotações de preços da hospedagem;
- e) Comprovante de pagamento da hospedagem.

5.8. As despesas relativas à hospedagem e alimentação serão reembolsadas pela Contratante, por meio de pagamento de diárias, de acordo com os valores estabelecidos na legislação vigente para a concessão de diárias no âmbito da administração federal nas viagens de servidores e colaboradores eventuais a serviço.

5.8.1. Para que seja autorizado o ressarcimento, a contratada deverá anexar à prestação de contas o comprovante de pagamento ao profissional do valor tratado no item anterior.

5.8.2. O valor da diária a ser considerado para fins do disposto no item 5.8 será o equivalente ao do DAS4 ou ao valor da diária paga ao porta-voz ou autoridade da CONTRATANTE que o profissional da contratada estiver acompanhando.

5.9. Serão consideradas para fins de reembolso as despesas de deslocamento e hospedagem realizados fora da sede da CONTRATANTE ou do local de execução do serviço determinado pela CONTRATANTE.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1. Constituem responsabilidades da CONTRATANTE:

- 6.1.1. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada em até cinco dias úteis após o recebimento definitivo da fatura, desde que sejam apresentados todos os documentos comprobatórios exigidos por Lei e demais normas específicas;
- 6.1.2. Comunicar à Contratada as orientações acerca dos produtos e serviços;
- 6.1.3. Fornecer e colocar à disposição da Contratada os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos produtos e serviços;
- 6.1.4. Proporcionar condições para a boa execução dos produtos e serviços;
- 6.1.5. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;
- 6.1.6. Promover, por intermédio de servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e exigindo medidas corretivas por parte da empresa a ser Contratada;



- 6.1.7. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 6.1.8. Comunicar à Contratada a necessidade de substituição de qualquer profissional;
- 6.1.9. Observar para que, durante a vigência contratual, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela empresa a ser contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- 6.1.10. Assegurar o livre acesso dos profissionais da empresa a ser contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 6.1.11. Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa a ser contratada;
- 6.1.12. Manter e exigir, por meio de documento próprio, que os profissionais empregados na execução dos serviços mantenham sigilo de todas as informações a que tiverem acesso em razão da execução do contrato, zelando para que estas permaneçam estritamente no âmbito da ANS. Para esse fim, os profissionais deverão obrigar-se, em documento escrito e sob as penas da lei, a não divulgar nem fornecer dados e informações referentes aos serviços realizados ou sobre o local de trabalho, a qualquer tempo, em qualquer lugar ou a qualquer pretexto que seja.

6.2. Constituem responsabilidades da CONTRATADA:

- 6.2.1. Constituem responsabilidades da Contratada:
- 6.2.2. Executar os produtos e serviços relacionados com o objeto do contrato de acordo com as especificações estipuladas pela contratante;
- 6.2.3. Executar os produtos e serviços mediante demanda da contratante e obter sua aprovação prévia, por escrito, antes de iniciar serviço ou de assumir despesa relacionada com o contrato;
- 6.2.4. Tomar providências, de imediato, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais produtos e serviços, mediante comunicação da contratante, respeitadas suas obrigações pelos produtos e serviços prestados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pela própria contratada ou por seus prepostos;
- 6.2.5. Comprometer-se a não veicular publicidade ou informação acerca das atividades objeto do contrato sem prévia e expressa autorização da contratante;
- 6.2.6. Prestar esclarecimentos à contratante sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
- 6.2.7. Manter, por si e por seus prepostos, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, irrestrito e total sigilo sobre:
- 6.2.8. Os assuntos de interesse da contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em decorrência da execução do contrato;
- 6.2.9. Os produtos gerados no decorrer dos trabalhos e as informações, os dados, os documentos e outros elementos utilizados na execução do contrato, vedado o seu uso ou divulgação a terceiros, ainda que parcial, sem prévia e expressa autorização da contratante.
- 6.2.10. Manter durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;
- 6.2.11. Exercer o controle de qualidade na execução dos produtos e serviços prestados, com base no parâmetros determinados pela contratante.
- 6.2.12. Gerenciar e manter, com recursos e meios próprios, o preposto e as pessoas prestadoras de serviços nas localidades indicadas;
- 6.2.13. Substituir, tão logo seja notificada, o funcionário afastado por qualquer que seja o motivo, seja por licença médica, licença maternidade ou paternidade, falta, férias ou equivalentes;
- 6.2.14. Cumprir o escalonamento de férias do pessoal, no caso de prorrogação do contrato, de acordo com as necessidades da Contratante e provendo a substituição dos mesmos nestes períodos;

6.2.15. Providenciar a imediata substituição de qualquer empregado, sempre que houver afastamento do serviço, inclusive os legais;

6.2.16. Cumprir e fazer cumprir por seus empregados, as normas e regulamentos disciplinares da ANS, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes;

6.2.17. Não manter, durante toda a vigência do contrato, nenhuma forma de prestação de serviços de publicidade, promoção ou comunicação, com empresa concorrente ou incompatível com os interesses da contratante, devendo, na assinatura do contrato, apresentar declaração de inexistência de contratos vigentes que possam gerar conflito de interesses com as atividades finalísticas da Contratada;

6.2.18. A contratada deverá assinar Termo de Compromisso relativo à confidencialidade e sigilo, conforme modelo a ser definido pela contratante, se comprometendo, por si, seus prepostos e funcionários, inclusive no exterior, a não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. Serão nomeados um Gestor titular e um substituto, para executar a fiscalização do contrato e registrar em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas na execução dos produtos e serviços e verificará o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando não corresponderem ao desejado ou especificado, tendo poderes, entre outros, para notificar a proponente vencedora, objetivando sua imediata correção.

7.2. A fiscalização pela ANS em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva, da proponente vencedora pela perfeita execução dos produtos e serviços.

7.3. A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância da ANS.

7.4. A aprovação dos produtos e serviços executados pela proponente vencedora não a desobrigará de sua responsabilidade quanto à perfeita execução dos produtos e serviços contratados.

7.5. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

I – os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

II - os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

IV - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

V - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

7.6. A proponente vencedora permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos produtos e serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.



8. CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. Para a liquidação e pagamento de despesa referente à execução de produtos e serviços previamente autorizados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar:

8.1.1. Produtos e serviços prestados diretamente pela Contratada:

8.1.1.1. a correspondente nota fiscal/fatura, que será emitida sem rasura, em letra legível, em nome e CNPJ da CONTRATANTE, da qual constará o número do contrato, descrição dos produtos e serviços executados, número da respectiva Ordem de Serviço e as informações para crédito em conta corrente: nome e número do banco, nome e número da agência e número da conta;

8.1.2. Produtos e serviços executados por intermédio de Fornecedores:

8.1.2.1. Nota fiscal/fatura, emitida conforme exigências do subitem 8.1.1.1 para faturamento dos honorários, fixados em ____% (____).

8.1.2.2. Nota de débito, emitida conforme exigências do subitem 8.1.1.1, relacionando todos os fornecedores acionados pela CONTRATADA, detalhando CNPJ, razão social e respectivos valores, acompanhada da primeira via do documento fiscal do fornecedor emitido em nome da CONTRATANTE.

8.1.2.3. Nota de débito, emitida conforme exigências do subitem 8.1.1.1, relacionando toda as despesas, com passagens aéreas e diárias, acionadas pela CONTRATADA, detalhando CNPJ, razão social e respectivos valores, acompanhada do relatório de viagem, previsto no Projeto Básico.

8.2. O Gestor do contrato só atestará a execução dos produtos e serviços e liberará os documentos para pagamento quando cumpridas pela CONTRATADA todas as condições pactuadas.

8.3. Todos os pagamentos serão efetivados por meio de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, da seguinte forma:

8.3.1. Remuneração, para cada ação sem incidência de honorários, dos Produtos e Serviços Precificados relacionados nos Apêndices III – B e III – C;

8.3.2. Remuneração correspondente ao percentual fixado no subitem 8.1.2.1, a título de honorários, cobrado sobre a prestação dos Produtos – Apêndice III – D, quando estes forem feitos por intermédio de terceiros; e

8.3.3. Reembolso de despesas com deslocamento e diárias.

8.4. O pagamento dos produtos e serviços será feito em até 30 (trinta) dias após a apresentação dos documentos previstos no subitem 8.1.

8.5. Os pagamentos a fornecedores de produtos e serviços deverão ser efetuados pela CONTRATADA em até 10 (dez) dias após o crédito da ordem bancária da CONTRATANTE.

8.6. A CONTRATADA informará à CONTRATANTE os pagamentos feitos a fornecedores por meio de relatório, emitido até o 10º (décimo) dia de cada mês, com a consolidação dos pagamentos efetuados no mês imediatamente anterior.

8.7. Os dados e formato dos controles serão definidos pela CONTRATANTE e os relatórios deverão conter, pelo menos, as seguintes informações:

- a) Data do pagamento da CONTRATANTE;
- b) Data do pagamento da CONTRATADA;
- c) Números dos documentos fiscais decorrentes da demanda;

- d) Importância paga;
- e) Comprovante de pagamento;
- f) Número da Ordem de Serviço;
- g) Nome do favorecido.

8.8. O não cumprimento do disposto nos subitens 8.5 a 8.7 ou a falta de apresentação de justificativa plausível para o não pagamento no prazo estipulado poderá implicar a suspensão da liquidação das despesas da CONTRATADA, até que seja resolvida a pendência.

8.8.1. Não solucionada a pendência no prazo de 10 (dez) dias, contado da notificação da CONTRATANTE, ficará caracterizada a inexecução contratual por parte da CONTRATADA

8.9. A CONTRATANTE, na condição de fonte retentora, fará o desconto e o recolhimento dos tributos e contribuições a que esteja obrigada pela legislação vigente ou superveniente, referente aos pagamentos que efetuar.

8.10. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos de cobrança serão devolvidos à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando nenhum ônus para a CONTRATANTE.

8.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa da CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data prevista para o pagamento até sua efetivação, calculados pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = (TX)	$\frac{I = (6/100)}{365}$	I = 0,00016438
----------	---------------------------	----------------

8.12. Antes do pagamento, a CONTRATANTE fará consulta ao:

- I) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, para verificação da Regularidade Fiscal Federal;
- II) Site do Tribunal Superior do Trabalho, para verificação de inexistência de Débitos Trabalhistas.

8.13. Se for constatada a irregularidade no tocante ao previsto nas incisos “I” e “II” do subitem 8.12, a CONTRATADA (matriz, filiais, escritórios ou sucursais) será notificada, por escrito, para



que no prazo de 5 (cinco) dias regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão contratual.

8.13.1. O prazo estipulado poderá ser prorrogado a juízo da CONTRATANTE, mediante o exame das justificativas da CONTRATADA (matriz, filiais, escritórios ou sucursais).

8.14. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA (matriz, filiais, escritórios ou sucursais) os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

9. CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

9.1. O valor mensal do contrato é de **R\$** _____, perfazendo o valor total de **R\$** _____ para os primeiros 24 (vinte e quatro) meses de vigência do Contrato, estando neles incluídos todos os impostos, fretes e demais encargos incidentes.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA REPACTUAÇÃO

10.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

10.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

10.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

10.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

10.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

10.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

10.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

10.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

10.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

10.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

10.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

10.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

10.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

10.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

10.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

10.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

10.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

10.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

10.13. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

10.13.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

10.13.2. as particularidades do contrato em vigência;

10.13.3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;

10.13.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

10.13.5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

10.13.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

10.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

10.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;



10.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

10.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

10.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

10.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

10.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

10.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

10.19. A empresa contratada para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666, de 1993.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:36213/253003

Fonte: 0174

Programa de Trabalho: 10.125.2015.4339.0001

Elemento de Despesa: 33903947

11.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO

12.1. No interesse da CONTRATANTE o objeto deste Contrato poderá ser suprimido ou aumentado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, parágrafos primeiro e segundo, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

13.1. No prazo de até **20 (vinte) dias**, contado a partir da assinatura deste Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar garantia no valor de **R\$ (.....)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste Contrato, a fim de assegurar a sua execução, em uma das modalidades previstas no artigo 56 da Lei nº 8.666/1993.

13.2. O descumprimento do prazo implicará em multa nos termos da Cláusula Décima Quarta deste Contrato.

13.3. A garantia prevista em Edital somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/2008, observada a legislação que rege a matéria.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, a CONTRATADA que:

14.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

14.1.2. apresentar documentação falsa;

14.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

14.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.5. não mantiver a proposta;

14.1.6. cometer fraude fiscal;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo.

14.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA, após regular processo administrativo, à penalidade de:

14.2.1. multa de mora no valor correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor dos serviços não executados, até a data do efetivo adimplemento, observando o limite de 30 (trinta) dias.

14.2.2. a multa moratória será aplicada a partir do 2º dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação.

14.2.3. a aplicação de multa por inexecução contratual independe de multa moratória eventualmente aplicada ou em fase de aplicação, sendo aplicada cumulativamente.

14.3. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

14.3.1. advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

14.3.2. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços não executados no caso de inexecução total ou parcial, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contando da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos por ventura causados à CONTRATANTE;

14.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 02 (dois) anos;

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

14.4. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.



14.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

14.6. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas, no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

14.6.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

14.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99.

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

14.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidas em favor da União Federal ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo do Edital.

15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

15.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.4.3. Indenizações e multas.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROPRIEDADE, DA SEGURANÇA E DO SIGILO

16.1. A CONTRATADA será responsável pela segurança, guarda, manutenção e integridade dos dados, programas e procedimentos físicos de armazenamento e transporte das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços, em conformidade com a legislação vigente.

16.2. A CONTRATADA deverá guardar o mais absoluto sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza a que venha tomar conhecimento, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

16.3. A CONTRATADA cede à CONTRATANTE os direitos de propriedade intelectual de todo e qualquer trabalho desenvolvido e realizado por força do presente contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, bem como sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A CONTRATADA não poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos futuros decorrentes deste contrato, salvo mediante autorização prévia, por escrito, da CONTRATANTE.

16.2 Não valerá como precedente ou novação, ou ainda, como renúncia aos direitos que a legislação e o presente Contrato asseguram a CONTRATANTE, a tolerância, de sua parte, de eventuais infrações, cometidas pela CONTRATADA, à cláusula e condições estabelecidas neste instrumento contratual.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

18.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/933.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. O Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da capital do Estado do Rio de Janeiro será o único competente para dirimir e julgar todas e quaisquer questões que possam vir a decorrer do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser.

Para firmeza e por estarem, assim, justos e acordados, é firmado o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinadas pelos representantes legais das partes, juntamente com duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 20__.

Washington Pereira da Cunha
Gerente-Geral de Administração e Finanças

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME
RG.
CPF.

NOME
RG.
CPF.

